



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Rafaella Mariani Piovesan Bedin

O CIPE como ferramenta de ingerência estadunidense na América Latina: uma análise
do Programa de Assessoria Legislativa

Florianópolis SC
2023

Rafaella Mariani Piovesan Bedin

**O CIPE como ferramenta de ingerência estadunidense na América Latina: uma análise
do Programa de Assessoria Legislativa**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Camila Feix Vidal

Florianópolis SC

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Bedin, Rafaella

O CIPE como ferramenta de ingerência estadunidense na América Latina : Uma análise do Programa de Assessoria Legislativa / Rafaella Bedin ; orientadora, Camila Vidal, 2023.

92 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Ingerência estadunidense. 3. CIPE. 4. Programa de Assessoria Legislativa para América Latina. I. Vidal, Camila. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Rafaella Mariani Piovesan Bedin

O CIPE como ferramenta de ingerência estadunidense na América Latina: uma análise
do Programa de Assessoria Legislativa

Florianópolis, 26 de junho de 2023.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora
composta pelos seguintes membros:

Ma. Jahde de Almeida Lopez
Universidade Federal de Santa Catarina

Me. Arthur Banzatto
Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi
julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e
pelos demais membros da banca examinadora.

Profª. Camila Feix Vidal
Orientadora

Florianópolis, 2023

A todos os meus antepassados, que me possibilitaram estar aqui.

AGRADECIMENTOS

Em 2018, a Rafaella que ingressava no curso de Relações Internacionais não imaginava o quanto iria crescer e amadurecer durante a jornada. Me mudei de cidade, conheci pessoas de todos os cantos desse Brasil, aprendi muito - das formas mais inesperadas possíveis - e tive o privilégio de estudar em uma federal. Durante este percurso, também aprendi muito sobre quem a Rafaella é e quem ela quer ser e os caminhos que estudar na UFSC me levaram foram muito diferentes do que os que imaginei quando me mudei para Florianópolis, mas nem por isso menos incríveis e surpreendentes.

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Fátima e Fernando, e a minha irmã, Amanda, que possibilitaram que eu vivesse esta experiência, e pudesse iniciar a minha jornada caminhando sozinha. À toda minha família que sempre me apoiou e foi farol quando eu me senti perdida. Sou extremamente realizada por ter nascido em um lar tão especial nesta vida e agradeço todos os dias por ter vocês comigo nesta trajetória.

Aos meus amigos da faculdade, Eduarda, Maria, João, Mariana, Larissa e Jamil, que foram minha casa longe de casa. Vivemos os melhores e os piores momentos, mas, como dizem, amigos da faculdade são pra vida inteira - e hoje não imagino a minha sem vocês.

Aos meus amigos de infância, de Chapecó, que cresceram comigo e viveram as mais diversas etapas da vida ao meu lado. Crescer e aprender com vocês é a minha sorte

Ao Luan, meu coorientador, que me deu todo suporte possível durante o desenvolvimento deste trabalho e não mediu esforços para que fosse realizado da melhor forma possível. À professora Camila, minha orientadora, que foi de extrema importância e que possibilitou que eu estivesse entregando este trabalho aqui hoje, mesmo com os momentos difíceis que passei neste semestre.

Muito obrigada a todos, vocês foram essenciais neste processo!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o Programa de Assessoria Legislativa para América Latina, financiado pelo Center for International Enterprise (CIPE), que atuou de forma proeminente na década de 1990 propondo legislações a países emergentes. Para compreender melhor esse processo, serão utilizados conceitos de Antônio Gramsci e autores neogramscianos, incluindo Robert W. Cox, Stephen Gill, William I. Robinson, Adam Morton e Kees van der Pijl. Dessa forma, serão analisados os projetos desenvolvidos por institutos específicos em diferentes países latino-americanos, como o APOYO, no Peru; Fundación Mediterránea e Instituto de Estudios sobre la Realidad Argentina y Latinoamericana (IEERAL), na Argentina; Instituto Latinoamericano de Doctrina y Estudios Sociales (ILADES), no Chile; e, por fim, o Instituto Liberal do Rio de Janeiro, no Brasil. Durante o período de 1986 a 1994, os programas de assessoria legislativa implementados em países da América Latina receberam aproximadamente US\$ 4,3 milhões em recursos. Foram realizados 11 projetos em países da América Latina e um projeto mais amplo que levou em consideração a região da América Central. O foco principal será investigar as estratégias empregadas pelas classes dominantes nos Estados Unidos e pelas elites locais desses países para estabelecer uma rede que preserve seus interesses mútuos. Para isso, serão abordados os seguintes aspectos: a) análise do perfil do conselho diretivo do CIPE; b) investigação do circuito financeiro e dos recursos destinados à região da América Latina; e c) compreensão dos mecanismos, práticas e estratégias utilizados tanto pelo CIPE quanto pelos institutos por ele financiados para influenciar o cenário político, econômico e social na América Latina. Em termos de resultados, observou-se que os institutos em questão, a partir do orçamento fornecido pelo CIPE, buscaram promover e contribuir para a construção de uma sociedade neoliberal na América Latina com o objetivo de difundir, convencer e internalizar a ideologia pró-mercado, ao mesmo tempo que concentra-se na proteção dos interesses das elites econômicas visando manter a dinâmica de acumulação e reprodução do capital.

Palavras-chave: hegemonia; classes; CIPE; NED; América Latina, EUA.

ABSTRACT

This study aims to analyze the Legislative Advisory Program for Latin America, financed by the Center for International Enterprise (CIPE), which acted prominently in the 1990s, proposing legislations. To better understand this process, concepts from Antônio Gramsci and neogramscian authors, including Robert W. Cox, Stephen Gill, William I. Robinson, Adam Morton and Kees van der Pijl, will be used. Projects developed by specific institutes in different emerging countries will be analyzed, such as APOYO, in Peru; Fundación Mediterránea and Instituto de Estudios sobre la Realidad Argentina y Latinoamericana (IEERAL), in Argentina; Instituto Latinoamericano de Doctrina y Estudios Sociales (ILADES), in Chile; and, finally, the Liberal Institute of Rio de Janeiro, in Brazil. During the period from 1986 to 1994, legislative advisory programs implemented in Latin American countries received approximately \$4.3 million in funding. Eleven projects were carried out in Latin American countries, and one broader project was considered for the Central American region. The main focus will be to investigate the strategies employed by the United States and by the local elites of these countries to establish a network that preserves their mutual interests. For this, the following aspects will be addressed: a) analysis the profile of the CIPE's board of directors; b) investigation of the financial circuit and resources allocated to the Latin American region; and c) understanding the mechanisms, practices and strategies used by both the CIPE and the institutes funded by it to influence the political, economic and social scenario in Latin America. In terms of results, it was observed that, in essence, the institutes in question sought to promote and contribute to the construction of a neoliberal society in Latin America, with aim of spreading, convincing and internalizing the pro-market ideology, at the same time that it focuses on protecting the interests of economic elites, aiming to maintain the dynamics of capital accumulation and reproduction.

Keywords: hegemony; classes; CIPE; NED; Latin America, USA.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Forças sociais, formas de Estado e ordens mundiais	32
Figura 2 – Estruturas históricas (Capacidades materiais, Instituições e Ideias)	32
Figura 3 – Organograma do NED	46
Figura 4 – Áreas de atuação do CIPE atualmente	54
Figura 5 – Orçamento do CIPE (2001-2022)	57
Figura 6 – Origem do dinheiro recebido pelo CIPE (2008-2020)	58
Figura 7 – Origem do dinheiro recebido pelo CIPE em porcentagem (2008-2020)	59
Figura 8 – Fundos destinados pelo CIPE por região (2008-2022)	60
Figura 9 – Formação acadêmica	61
Figura 10 – Atuação profissional	61
Figura 11 – Setores representados	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Organizações latino-americanas associadas ao programa de Assessoria Legislativa na América Latina (1986-1994)	64
Tabela 2 – Desempenho dos projetos associados ao Programa de Assessoria para América Latina e o efeito desses projetos sobre as reformas econômicas em seus países	67
Tabela 3 – Grau de relacionamento com o Congresso que os projetos associados ao Programa de Assessoria para AL possuíam	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACILS	American Center for International Labor Solidarity
AL	América Latina
APF	American Political Foundations
CIA	Central Intelligence Agency
CIPE	Center for International Private Enterprise
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FBI	Federal Bureau of Investigation
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IEERAL	Instituto de Estudios sobre la Realidad Argentina y Latinoamericana
ILADES	Instituto Latinoamericano de Doctrina y Estudios Sociales
ILD	Instituto Libertad y Democracia do Peru
ILRJ	Instituto Liberal do Rio de Janeiro
IRI	International Republican Institute
NED	National Endowment for Democracy
NDI	Democratic Institute for International Affairs
ONU	Organizações das Nações Unidas
PVOs	Organizações Voluntárias Privadas
USAID	United States Agency dor International Development
USIA	United States Information Agency

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	EVIDENCIAMENTO DAS FERRAMENTAS DE INGERÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA CRÍTICA NEOGRAMSCIANA	22
2.1	Gramsci e suas principais contribuições	23
2.2	Um novo olhar da dominação a partir da Teoria Crítica Neogramsciana	29
2.3	Estados Unidos e a (re)definição de seus mecanismos de ingerência na América Latina	36
3	O PAPEL DO CENTER FOR INTERNATIONAL ENTERPRISE NA TERCEIRIZAÇÃO DA INGERÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS	42
3.1	National Endowment for Democracy (NED)	42
3.2	Center for International Private Enterprise (CIPE)	50
4	CENTER FOR INTERNATIONAL PRIVATE ENTERPRISE: AVANÇANDO REFORMAS E PROJETANDO SUA REDE NA AMÉRICA LATINA NA DÉCADA DE 1990	56
4.1	Circuito financeiro e perfil diretivo do CIPE	57
4.2	CIPE: Projetando sua rede na América Latina	63
5	CONCLUSÃO	83
	REFERÊNCIAS	86

1 INTRODUÇÃO

Em certo sentido, a história de um determinado estado é a história das classes dominantes, também, em escala mundial, a história é a história dos estados hegemônicos. A história dos estados subalternos é explicada pela história dos estados hegemônicos (GRAMSCI, 1995, p. 356).

Em um sentido etimológico, hegemonia significa liderança, derivada diretamente do termo grego *hēgemonia* (liderança). O termo, no entanto, ganha uma outra concepção na visão de Antonio Gramsci, que designa uma forma diferente de liderança. Segundo a visão de Gramsci (2006), hegemonia representa um conjunto de funções de domínio e direção exercidas por uma determinada classe social dominante sobre o restante da sociedade, a qual se utilizaria de uma “combinação da força e do consenso” (GRAMSCI, 2007, p. 73). Conceituar e entender hegemonia constitui-se como a base para compreender a obra gramsciana em sua totalidade, por se tratar de uma ideia que se vincula a todas as outras e que contém importantes facetas do universo construído ao longo da produção do autor (SOBRAL; RIBEIRO, 2020).

Outro conceito extremamente importante para a obra de Gramsci e que iremos utilizar durante todo o trabalho é o de classe dominante. Uma classe dominante na acepção marxista em Gramsci, refere-se à indivíduos que compartilham de posições estruturais semelhantes nas esferas econômicas e sociais, mais precisamente em termos de estrutura de classe e que, mediante a “combinação da força e do consenso” (GRAMSCI, 2007, p. 73), difundem suas visões de mundo sobre o restante da sociedade.

Robert Cox, embora tenha deliberado que as relações internacionais apareçam de forma insuficiente nas obras de Gramsci, busca transpassar parte dos conceitos-chave do pensamento gramsciano para o estudo das Relações Internacionais, campo de estudos que, no seu olhar, poderia se desenvolver com a absorção dos mesmos. Em seu artigo “Social Forces, States and World Orders: Beyond. International Relations” (1981), Cox, ao interpretar as Relações Internacionais sob a perspectiva gramsciana, atrela a ideia de hegemonia à de institucionalização. De acordo com o autor, “as instituições refletem as relações de poder vigentes em seu ponto de origem e tendem, pelo menos inicialmente, a fomentar imagens coletivas coerentes com essas relações de poder” (COX, 2021, p. 22). O autor traz uma conexão entre a noção de institucionalização e o que Gramsci chama de hegemonia. Ou seja,

as instituições propiciam maneiras de lidar com os conflitos de forma a minimizar o uso da força, muitas vezes a partir do consentimento. Assim, “elas podem ser uma expressão de hegemonia, mas não podem ser consideradas idênticas à hegemonia” (COX, 2021, p. 23).

Em um primeiro momento, entende-se como a hegemonia se conecta com a institucionalização, visto que, é a partir dos Estados e suas instituições oficiais que a hegemonia foi exercida ao longo da história. Entretanto, os mecanismos coercitivos aplicados pelo Estado, sobretudo no caso dos Estados Unidos, vêm sendo somados a mecanismos menos escancarados, que, através da produção de consentimento, atingem seus objetivos tal qual o primeiro. O fenômeno torna-se mais surpreendente quando nos damos conta de que existe toda uma indústria de produção da invisibilidade e do consentimento (ROBINSON, 1996). Como argumenta Stephen Gill, “central para a manutenção da hegemonia é um sistema de regras baseado mais em aspectos consensuais do poder do que na coerção direta” (GILL, 2008, p. 14)¹.

Ary Minella (2009) traz que o governo estadunidense, ao final dos anos 1970, procurou redefinir parte de sua estratégia de atuação e intervenção no exterior. De acordo com Robinson (1996), essa atuação foi elucidada anteriormente através do longo histórico de ingerência dos Estados Unidos, mais especificamente no uso da coerção e sua interferência nos assuntos internos de outros países, sustentados a partir de líderes autoritários alinhados aos seus interesses. Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos, na condição de uma potência industrial no caminho de consolidar sua condição econômica, entendia como necessário garantir uma zona de influência e, por sua proximidade, os países latino-americanos eram o espaço privilegiado (SANTOS, 2019).

Exemplificando o parágrafo anterior, podemos citar a participação dos Estados Unidos no conflito armado colombiano, que envolveu forças públicas, grupos insurgentes e paramilitares e teve suas origens na década de 1960. Nas décadas seguintes, o tráfico de drogas entrou para a equação do conflito e tornou-se assunto frequente nas discussões de fóruns regionais e, conseqüentemente, transformou o país em um dos principais centros de preocupação da agenda de segurança sul-americana. Os países do continente americano consolidaram sua posição em relação à estrutura do narcotráfico: de um lado, temos os países produtores de drogas, como Bolívia, Peru e Colômbia, e do outro, os Estados Unidos como maior consumidor das drogas psicotrópicas produzidas por esses países. Nesse contexto, o

¹ Tradução nossa.

governo estadunidense passa a difundir a percepção de que o problema é uma questão de segurança nacional e que precisa ser combatido com o envolvimento das Forças Armadas (SILVA, 2012).

Dessa forma, de acordo com o que Ana Paula Silva (2012) ressalta, os Estados Unidos procuram resolver seu problema interno de consumo de drogas por meio de uma resposta externa usando de sua política internacional para consolidar, com os países envolvidos, acordos de cooperação e colaboração para o enfrentamento do problema pela via da repressão à oferta. Ao analisar as causas do conflito social e armado e o impacto sobre a população civil, é possível perceber que os Estados Unidos não são uma mera influência externa, mas sim um ator direto no conflito devido ao seu prolongado envolvimento durante grande parte do século XX (CANTOR, 2015).

Assim que os governantes estadunidenses constataram que a intervenção militar já não era a melhor opção na defesa de seus interesses, optaram por uma redefinição da estratégia de atuação, segundo Letícia Cristina Barbosa (2020). À medida que a globalização capitalista avançava, as classes dominantes forjavam um consenso, em torno do que William Robinson (1996) refere-se como a agenda transnacional do neoliberalismo e da poliarquia. Assim, as mesmas classes dominantes esperavam que essa produção de consenso se mostrasse mais efetiva ao controle social do que regimes autoritários e ditatoriais:

À medida que os países e regiões se integraram ao capitalismo global, eles viram o surgimento de novas elites orientadas transnacionalmente, organizadas em associações empresariais, partidos políticos e organizações cívicas, que são apoiados pelos programas de intervenção política dos Estados Unidos conduzidos sob a rubrica de “promover a democracia”. Os programas de “promoção da democracia” procuram cultivar essas elites transnacionais que estão favoravelmente dispostas a abrir seus países ao livre comércio e ao investimento corporativo transnacional. Eles também procuram isolar aquelas contra-elites que não são receptivas ao projeto transnacional e também impedir que as massas se politizem e se mobilizem por conta própria (ROBINSON, 1996, p. 229).

Visando desenvolver suas estratégias de poder coercitivo e persuasão, ainda segundo Robinson (1996), os Estados Unidos implementaram uma estrutura de assistência externa de promoção da democracia que envolve todos os departamentos de Estado com o objetivo principal de defender a segurança nacional e internacional. Assim, em 1983, uma legislação nacional aprovou a criação do National Endowment for Democracy (NED): “Uma fundação independente e sem fins lucrativos dedicada ao crescimento e fortalecimento de instituições democráticas em todo o mundo” (NED, 2023). Apesar de ter sido criada pelo governo dos

Estados Unidos como uma instituição privada, o NED opera quase que exclusivamente com fundos públicos. Essa instituição ‘privada’-governmental funciona como uma espécie de braço informal da política externa estadunidense e se conecta com os conceitos trazidos anteriormente através da dominação por meio do consentimento.

Diante da discussão teórica trazida anteriormente, elucidada por Gramsci e Cox, podemos perceber como a sociedade civil é um campo importante na construção da hegemonia, a exemplo do NED como um espaço de articulação. Isso se torna mais evidente quando atrelamos hegemonia à concepção gramsciana - com a classe dominante da sociedade dirigindo e exercendo domínio sob o restante.

Junto ao NED, também são vinculadas quatro outras instituições: Center for International Private Enterprise – CIPE (braço empresarial); American Center for International Labor Solidarity – ACILS (representante dos sindicatos); Democratic Institute for International Affairs – NDI (elo com o Partido Democrata) e International Republican Institute – IRI (contraparte do Partido Republicano). Através desses institutos, afirma Barbosa, “o governo e as corporações empresariais dos EUA podem exercer influência sobre as políticas públicas, de alguma forma, e apoiar diferentes organizações e forças políticas em muitos países” (BARBOSA, 2020, p. 34).

Neste trabalho iremos nos ater exclusivamente ao papel desempenhado pelo Center for International Private Enterprise (CIPE) no âmbito da América Latina. A escolha pelo CIPE como objeto de análise, se dá tendo em vista o significativo impacto de sua atuação na realidade política, econômica e social da América Latina, com destaque para sua atuação na década de 1990 através da proposição de legislações e reformas mediante seu “Programa de Assessoria Legislativa” (MASHEK, 1993).

Segundo o site da Organização, o Center for International Private Enterprise “possui como objetivo apoiar o desenvolvimento democrático e econômico no exterior por meio de programas com parceiros do setor privado, notadamente câmaras de comércio e associações empresariais” (CIPE, 2023). Os programas do CIPE são apoiados pelo NED, pela USAID (United States Agency For International Development) e pelo Departamento de Estado dos EUA (CIPE, 2011). É através do CIPE que o NED financia programas que promovem a participação de uma classe dominante do setor privado nas discussões políticas, influenciando reformas estruturais para garantir seus direitos econômicos e políticos e assegurando o desenvolvimento de associações empresariais que assumam um papel de liderança no que diz

respeito às reformas econômicas (BARBOSA, 2020). Mais especificamente, o CIPE, que é responsável pela difusão dos valores democráticos, está encarregado de promover esta visão de mundo no país, através de diversas ações junto às Câmaras de Comércio e *think thanks* locais. Ainda, o CIPE estimula a formação de organizações empresariais em países onde elas são fracas ou inexistentes.

O CIPE contribui especialmente para um domínio indireto dos Estados Unidos na América Latina, consolidando com o fim da Guerra Fria uma espécie de “imperialismo informal”, como aponta James Petras (1997, p. 27). O seu uso e a mobilização de princípios morais, como a promoção do livre mercado, permitem que os Estados Unidos promova um certo desengajamento ao mesmo passo que avançam seus objetivos de política externa na América Latina, mesmo que indiretamente, tendo como exemplo o próprio esforço em desestabilizar movimentos ou lideranças não alinhados aos seus interesses.

Ao olhar para o campo das Relações Internacionais, verifica-se um silenciamento de determinados temas como: classes, hegemonia e produção de consentimento, tendo em vista a predominância de uma academia marcadamente dominada por teóricos e epistemologias estadunidenses (Hoffman, 1977; Tickner, 2003; Acharya e Buzzan, 2010; Tickner e Inoue, 2016; Villa et al., 2017). Trata-se de perspectivas, no caso do Realismo e sua vertente Neorrealista, e dos seus principais expoentes, como Kenneth Waltz e John Mearsheimer, que tomam o Estado e suas capacidades materiais como centro de suas análises - legitimando uma análise centrada no poder bélico e inviabilizando um conjunto de formas de ingerências para além desse poder. Como escrevem Utsa Patnaik e Prabhat Patnaik, “a invisibilidade do imperialismo hoje significa que ele se tornou muito mais poderoso, não que tenha desaparecido” (PATNAIK; PATNAIK, 2015, p.20).

Além disso, ao observar a lacuna existente na exploração acadêmica acerca do papel do CIPE e sua relação com a política externa dos Estados Unidos, principalmente no campo das Relações Internacionais - que hoje se encontram em outros campos do conhecimento como a sociologia (como nos estudos de Ary Minella e de Leticia Barbosa) - notou-se a viabilidade de elaborar um projeto de pesquisa com ênfase na disseminação do conhecimento acerca do tema.

Assim sendo, procura-se nesse trabalho, em termos de objetivo geral, explicitar a função exercida pelo CIPE dentro da manutenção e reprodução dos interesses de uma classe econômica dominante estadunidense no âmbito da América Latina, tomando como base a

representação do “Programa de Assessoria Legislativa” na década de 1990. Para isso, esse estudo irá examinar os seguintes aspectos em termos de objetivos específicos: a) Histórico de atuação dos Estados Unidos na região em termos de ingerência, evidenciando possíveis contrastes em sua atuação durante e depois da Guerra Fria; b) Perfil diretivo e circuito financeiro por trás do CIPE e, por fim; c) Objetivos e resultados do “Programa de Assessoria Legislativa” na América Latina.

O levantamento e o mapeamento de dados acerca do perfil do corpo diretivo e do circuito financeiro do CIPE será organizado a partir das seguintes categorias: a) formação acadêmica; b) atuação profissional; d) setores representados e; e) relação de gênero. De modo a condensar essas informações a partir de imagens, utilizou-se de softwares como o Excel para construção de gráficos. O trabalho também utilizou bibliografia especializada, documentos primários (expedidos pelo CIPE, por exemplo) e informações do site do CIPE, do NED e dos Institutos Liberais aqui elucidados. Os dados aqui apresentados no capítulo 3 já foram publicados por VIDAL; BRUM; LOPEZ (2021), entretanto, teremos como objetivo atualizá-los para o ano de 2023 - visto que, na referida pesquisa, eles foram publicados com informações até o ano de 2020, além de aprofundá-los buscando evidenciar ainda mais as problemáticas acerca das Organizações não governamentais que atuam como um braço da política estadunidense.

Em termos de estrutura, o trabalho encontra-se dividido da seguinte forma: no primeiro capítulo, serão mobilizados alguns dos principais conceitos extraídos a partir de Gramsci e da Teoria Crítica Neogramsciana e, posteriormente, examinados sob o prisma da redefinição da atuação dos Estados Unidos para a América Latina. No segundo capítulo, será examinado a origem, a estrutura-organizacional e os objetivos do NED e do CIPE. Por fim, no terceiro e último capítulo, serão analisados o perfil do conselho diretivo, circuito financeiro e, principalmente, a projeção do CIPE para a América Latina em consonância com os objetivos dos EUA na região, através do Programa de Assessoria Legislativa.

2 EVIDENCIAMENTO DAS FERRAMENTAS DE INGERÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA CRÍTICA NEOGRAMSCIANA

Este capítulo tem como objetivo, no tópico 2.1, evidenciar a obra de Gramsci e analisar seus principais conceitos, aproximando a noção de hegemonia - que enfatiza a noção de consentimento - e da ideia de Estado ampliado para entender como as Organizações não governamentais, nesse caso, o CIPE, possuem um espaço central na influência da sociedade civil. Gramsci tinha como proposta o desenvolvimento do conceito de hegemonia e bloco hegemônico, e também por focar no estudo dos aspectos culturais da sociedade, além de uma análise do Estado. Uma de suas maiores contribuições se deu com a ampliação do conceito de Estado ao incluir aspectos da sociedade civil como aparelhos privados de hegemonia. A inovação de Gramsci é pertinente porque amplia o conceito de política antes restrita ao Estado para uma política que inclui a sociedade civil. Utilizaremos destes conceitos para entender o papel das organizações não-governamentais e, neste trabalho, especificamente o CIPE, dentro do contexto de influência de nações latino-americanas.

O tópico 2.2 busca apresentar as contribuições dadas por uma perspectiva Neogramsciana para o entendimento das dinâmicas de ordem e poder na estrutura global. Tal análise ocorrerá a partir do engajamento com alguns autores neogramscianos, como Robert W. Cox, Stephen Gill, William I. Robinson, Adam Morton e Kees van der Pijl. Neste processo, será feita uma discussão sobre a mobilização da obra de Gramsci nas relações internacionais, com destaque para os impactos das organizações não-governamentais na produção de consentimento para além dos limites do Estado.

O tópico 2.3 tem como objetivo contextualizar as práticas de ingerência estadunidenses durante o século XX, além de evidenciar as motivações para cada uma das práticas utilizadas, levando em consideração os conceitos gramscianos apresentados anteriormente. As práticas de ingerência aqui analisadas tornaram-se mais difusas e, desse modo, mais difíceis de serem evidenciadas. As estratégias estadunidenses foram baseadas no uso de aparelhos ideológicos distribuídos na sociedade civil, e que ao serem mobilizados pela classe econômica dominante estadunidense, tornam menos perceptível sua condição de domínio no âmbito da periferia. Esse é o papel que o CIPE e seus dirigentes vem exercendo, fazendo uso de estratégias de consentimento como forma de ampliar a agenda neoliberal, e consequentemente impactar a conjuntura latino-americana.

2.1 Gramsci e suas principais contribuições

Antonio Gramsci, um teórico político italiano e crítico cultural do século XX, era pouco conhecido além dos círculos comunistas durante sua vida. No entanto, após sua morte, sua obra se tornou amplamente citada e traduzida. O interesse em Gramsci aumentou significativamente com a publicação de seus escritos na prisão, começando com suas cartas em 1947 e seguido pelos seis volumes dos cadernos temáticos, concluídos em 1951. Sua influência se intensificou na década de 1980, especialmente com o surgimento dos estudos culturais, o crescente interesse no tema do poder e o aumento da atenção acadêmica às relações entre cultura, sociedade e política (MORTON, 2007).

De acordo com Gramsci, é importante analisar o passado para entender as realidades políticas atuais, pois o passado e o presente se influenciam mutuamente e condicionam o futuro. Cada fase histórica deixa vestígios que se refletem nas fases seguintes, servindo como documentos que testemunham sua existência. O processo de desenvolvimento histórico é uma unidade temporal, em que o presente incorpora todo o passado e realiza a parte "essencial" desse passado, sem deixar nenhum resíduo desconhecido representando a verdadeira "essência". Durante a escrita dos Cadernos do Cárcere, entre 1929 e 1935, Gramsci se dedicou a explorar em maior detalhe questões de hegemonia, a relação entre sociedade civil e Estado, e o papel da ideologia no desenvolvimento e manutenção do poder das classes governantes e na expansão do capital (GRAMSCI, 1971). Como afirma o próprio autor:

Como o presente é uma crítica do passado, além de "superá-lo". Mas o passado deve ser descartado por essa razão? O que deve ser descartado é aquilo que o presente "intrinsecamente" criticou e aquela parte de nós mesmos que corresponde a ele. O que isso significa? Significa que devemos ter uma consciência exata dessa crítica real e expressá-la não apenas teoricamente, mas politicamente. Em outras palavras, devemos nos manter mais próximos do presente, que nós mesmos ajudamos a criar, enquanto estamos conscientes do passado e sua continuação (e ressurgimento) (Gramsci, 1992, p. 234).

No início do século XX já era perceptível a influência da sociedade civil perante o Estado e a política internacional, assim como a complexidade que essas relações iriam adquirir ao longo do século. A noção de hegemonia foi usada para (re)pensar as diversas configurações sociais que se apresentavam em distintos pontos no tempo e no espaço. Apesar de ter suas origens nas concepções leninistas, é Gramsci quem apresenta uma noção de hegemonia mais elaborada e adequada para pensar as relações sociais. Gramsci percebera a consequência que o potencial da sociedade civil representava, dentro do sistema produtor de

mercadoria da época. Diante de tal realidade, afirma Aécio De Oliveira acerca da concepção gramsciana: “não mais seria possível estabelecer a hegemonia unicamente apoiada nos sistemas de coerção explícita até então praticada” (OLIVEIRA, 2004, p. 54). A percepção de Gramsci o levou a identificar nas organizações privadas da sociedade um espaço para a criação de um poder hegemônico decisivo (ALVES, 2010).

Nos Cadernos do Cárcere, Gramsci desenvolve uma análise fundamental ao propor uma concepção alternativa do Estado, que está ligada à busca pela hegemonia na sociedade civil. Segundo ele, o equívoco mais frequente na política é negligenciar uma compreensão ampla do Estado, que ele denomina de "Estado integral". Essa concepção implica na combinação de ditadura e hegemonia (GRAMSCI, 1971).

Meu estudo... leva a certas definições do conceito de Estado, que geralmente é entendido como uma sociedade política (ou ditadura, ou aparato coercitivo destinado a moldar as massas populares de acordo com o tipo de produção e economia em determinado momento) e não como um equilíbrio entre a sociedade política e a sociedade civil (ou a hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida por meio das chamadas organizações privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc.) (GRAMSCI, 1994b, p. 67).

Em contraste, o Estado é entendido como uma forma de relações sociais, na qual é possível fazer distinções entre os organismos "privados" da sociedade civil e aqueles do Estado ou sociedade "política" (GRAMSCI, 1971). Essas duas esferas correspondem às funções de "hegemonia" e "dominação direta", respectivamente. A visão de que o Estado é uma entidade perpétua e a ênfase exclusiva nas responsabilidades governamentais diretas dentro da sociedade fazem parte de uma visão que limita o Estado a ações dentro da sociedade política (Gramsci, 1971).

Para combater a separação de poderes presente nas concepções liberais da política, Gramsci desenvolveu a noção de "Estado integral". Ele criticou a ideia de que o Estado se limita apenas ao aparato governamental, que não interfere na economia além de garantir a ordem pública como um "vigia noturno" (Gramsci 1971, p. 245). Ao equiparar o poder exclusivamente ao aparato estatal, a importância da oposição organizada fora dos limites do Estado, no sentido estrito, é diminuída.

Através da teoria gramsciana podemos entender as estratégias de consenso que atravessam os meios de comunicação, interferindo no imaginário social através da influência e da produção de consentimento. De acordo com o próprio Gramsci, a hegemonia representa

um conjunto de funções de domínio e direção exercidas por uma determinada classe social dominante sobre o restante da sociedade, a qual se utilizaria de uma “combinação da força e do consenso” (GRAMSCI, 2007, p. 73). Assim, é possível entender como, através da hegemonia de Gramsci, a sociedade é influenciada de forma perspicaz. É nesse contexto que Organizações Não-Governamentais (ONGs), *think tanks* e organizações da sociedade civil, isto é, “aparelhos privados de hegemonia”² (GRAMSCI, 2007), podem ser considerados atores essenciais na concepção e desenvolvimento de ideias de uma classe econômica dominante através de estratégias de argumentação e persuasão.

Gramsci identifica o surgimento de uma nova esfera social no final do século XIX, caracterizada por novas formas de ação política, como sindicatos, luta pelo sufrágio universal e partidos de massa. Ele formula o conceito de aparelhos privados de hegemonia para compreender essas novas formações políticas, que mais tarde chamaria de sociedade civil. Segundo Gramsci, existem duas esferas de uma superestrutura: a primeira é representada pela sociedade política que, nas palavras do autor, é o “aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção” (GRAMSCI, 2000a, p. 21). Ou seja, um mecanismo através dos quais a classe dominante possui o domínio legal da repressão, principalmente através das forças armadas e das leis. A segunda é denominada de “sociedade civil”, que é representada pelas instituições responsáveis pela propagação de ideologias.

Nas palavras de Oliveira (2004, p. 56), “sociedade civil significa a imagem do Estado sem o Estado”. Ambas compõem a superestrutura da sociedade, porém não podem ser confundidas, apesar de terem intersecções. Na primeira esfera, a dominação é imposta de maneira coercitiva, pelos mecanismos de repressão e violência utilizados pela classe dominante, e na segunda ela é feita através de determinadas crenças e ideias para a construção de um consenso, formada pelas organizações responsáveis pela elaboração e difusão de ideologias, como escolas, igrejas, partidos políticos, mídia, entre outros. Nas palavras de Gramsci, “a estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (GRAMSCI, 2004, p. 250).

²A sociedade civil para Gramsci (2007, p. 119) é formada por aparelhos privados de hegemonia, como associações políticas e sindicais, “deixados à iniciativa privada da classe dirigente” para educar pelo consenso.

A hegemonia envolve a disseminação consensual de uma visão cultural e moral em toda a sociedade, ligada às funções coercivas do poder e ao equilíbrio entre ideias ético-políticas e condições socioeconômicas. Isso reconfigura a divisão marxista entre "estrutura econômica" e "superestrutura ideológica". Gramsci (2006) introduz o conceito de bloco histórico, que enfatiza a relação interdependente entre estrutura e superestrutura. Esse bloco histórico reflete as relações sociais de produção através de um conjunto complexo e contraditório de superestruturas. Embora a estrutura econômica imponha limites, fatores superestruturais autônomos podem sustentar relações sociais regressivas por meio de ideologias de apoio. Essa relação recíproca entre produção e ideias no âmbito das relações estado-sociedade civil é essencial para compreender a formação e a contestação da hegemonia. Gramsci destaca que é no nível das ideologias que as pessoas se conscientizam dos conflitos econômicos (GRAMSCI, 1995).

Fica evidente que a noção de hegemonia gramsciana está atrelada à sociedade civil, no entanto, para que este poder tenha sentido, ele precisa moldar hegemonicamente o Estado de acordo com suas necessidades. Embora ambas as esferas tenham como função conservar ou reproduzir a base econômica, elas o fazem de maneiras diferentes. Enquanto a sociedade civil busca exercer sua hegemonia ganhando aliados através de direção política e consenso, a sociedade política domina por meio da coerção. Essas duas esferas também se diferenciam em sua materialidade social-institucional. A sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos do Estado, enquanto a sociedade civil se manifesta nos "aparelhos privados de hegemonia", ou seja, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em relação à sociedade política (MARTINS, MARTELETO, 2019).

O Estado, longe de ser a materialização concreta dos interesses gerais da sociedade, existe para conduzir e resguardar os negócios da classe dominante. Gramsci parte do conceito de sociedade civil para nos mostrar que a classe dominante não mantém o poder apenas mediante a coerção, mas, também, por intermédio do consentimento. Na compreensão de Gramsci,

Se, em outros períodos históricos, a predominância do Estado-coerção impunha à luta de classes uma estratégia de ataque frontal (guerra de "movimento"), voltada diretamente para a conquista do Estado em sentido restrito, nas formações do tipo "ocidentais", deve-se buscar, concomitantemente às lutas que se dão no plano estrutural, a conquista de espaços e posições ("guerra de posições") que garantam a hegemonia da classe dominada. "Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais

para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder mesmo se o mantém nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente” (GRAMSCI, 2002, p. 62-63).

Entretanto, é importante evidenciar que, para Gramsci, coerção e consenso não são opostos. Um depende do outro, a medida em que, quando o consenso não é mais suficiente para manter a hegemonia perante a sociedade civil, os mecanismos de coerção são trazidos à tona: “A coerção é o elemento latente, inerente ao consenso” (RAMOS; ZAHRAN, 2006, p. 114).

Para Gramsci, nas organizações da sociedade civil, as organizações culturais, especialmente intelectuais, são figuras centrais. Seriam essas as responsáveis por mediar o consenso que permite à classe dominante tomar consciência de si de sua própria função, tanto no campo social quanto no campo político (GRAMSCI, 2001). Com a função de organizar e comunicar, tais intelectuais são os agentes na construção da hegemonia da classe dominante e também na transformação da política e da moral.

Gramsci reconhece a importância dos intelectuais, tanto os técnicos envolvidos diretamente na produção, quanto aqueles que desempenham atividades tradicionais ou funções administrativas no Estado, na relação com as classes fundamentais e o Estado. Ele compreende os intelectuais como mediadores entre as classes sociais e o Estado, e é com base nessa percepção que ele desenvolve sua compreensão sobre o papel dos intelectuais na vida social. Como indaga o autor:

Por intelectuais, deve-se entender [...] todo o estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo [...]. Para analisar a função político-social dos intelectuais, é preciso investigar e examinar sua atitude psicológica em relação às classes fundamentais que eles põem em contato nos diversos campos: têm uma atitude “paternalista” para com as classes instrumentais ou se consideram uma expressão orgânica destas classes? Têm uma atitude “servil” para com as classes dirigentes ou se consideram, eles próprios, dirigentes, parte integrante das classes dirigentes? (GRAMSCI, p. 37, 1995).

Os intelectuais, para Gramsci, têm o papel de promover a consciência crítica e a construção de uma concepção de mundo unificada entre as pessoas comuns. Eles estabelecem uma relação "orgânica" com essas pessoas para superar a natureza acrítica do senso comum e potencializar sua capacidade intelectual e eficácia política. Os intelectuais baseiam suas formulações teóricas e práticas políticas no contato e observação das visões de mundo,

experiências, ações e comportamentos das pessoas comuns. Gramsci enfatiza a importância de um movimento filosófico que se mantenha em contato com as pessoas comuns, encontrando nelas a fonte dos problemas a serem estudados e resolvidos. Os intelectuais são responsáveis por promover a coerência do pensamento nos grupos sociais subalternos, integrando teoria e ação de maneira coerente. Essa relação orgânica entre os intelectuais e as pessoas comuns é fundamental para desenvolver uma concepção de vida que supere o senso comum e permita um avanço nas concepções de mundo dos grupos subalternos (DURIGHETTO, 2014).

Gramsci enfatizou a importância da cultura, da educação e da política como instrumentos de transformação social. Ele argumentou que a classe dominante mantém seu poder não apenas por meio do controle econômico e político, mas também por meio da dominação cultural. Portanto, a luta contra a dominação requer não apenas a transformação das estruturas econômicas e políticas, mas também uma luta pela conquista da chamada "hegemonia cultural", ou seja, a capacidade de influenciar e moldar a cultura e as ideias predominantes na sociedade. Gramsci constrói seu conceito de cultura tanto como "expressão da sociedade" (GRAMSCI, 2007, p. 121), "relação entre a humanidade e a realidade com a mediação da tecnologia" (GRAMSCI, 2007, p. 174).

O autor italiano reconhece que a dominação pela força não é o único meio de controle e subordinação na sociedade, e é através dessas características que ocorre a fixação de crenças e construções simbólicas na sociedade, o que acaba por determinar o contexto econômico de um local. Ele explora as relações de poder entre o Estado e a sociedade civil, que se reforçam mutuamente em benefício de certos grupos e instituições. Para Gramsci, a sociedade civil não é simplesmente a esfera da liberdade, mas sim da hegemonia. A hegemonia depende do consentimento, porém esse consentimento não é resultado espontâneo da "livre escolha". Ele é fabricado através de meios complexos, instituições variadas e processos em constante mudança. Além disso, o poder de fabricar consentimento não é distribuído de forma igual na sociedade. Ao compreender a classe dominante como atores principais dessa produção de consentimento sobre as classes "subalternas", Gramsci indica que essas participam de uma concepção de mundo que não corresponde aos seus interesses. É por meio de diferentes canais, organizações e meios de comunicação que essa concepção é incorporada a modo que passem a ser vistas como uma verdade universal (BUTTGIEG; GARCIA; SILVA-SANTOS, 2020). Através dos conceitos de hegemonia e ampliação do conceito de Estado de Gramsci podemos entender a criação de Instituições vinculadas à sociedade civil como atores

essenciais na manutenção do poder dos Estados, por intermédio da produção de consenso, como iremos aprofundar no tópico 2.2 e 2.3 deste trabalho.

2.2 Um novo olhar da dominação a partir da Teoria Crítica Neogramsciana

Forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais (GRAMSCI, 1999, p. 14)

Na década de 1980, Robert W. Cox introduziu uma Teoria Crítica com ênfase na noção de hegemonia gramsciana que rompeu com as abordagens tradicionais das Relações Internacionais. Ao contrário dessas abordagens estáticas que se preocupam com a manutenção do poder existente, a teoria crítica questiona a ordem mundial predominante. Ela investiga as origens das instituições, relações sociais e de poder, buscando identificar as forças de classe que têm o potencial de promover mudanças e transformar a ordem existente. Essa abordagem crítica, fundamentada no pensamento de Antonio Gramsci, considera as relações de poder como historicamente construídas e passíveis de mudança (MORTON, 2007).

A perspectiva Neogramsciana de Cox e compartilhada por outros autores dessa corrente, introduz de forma crítica e histórica o conceito de hegemonia nas Relações Internacionais. Ao contrário da teoria convencional, que a reduz ao domínio econômico e militar dos Estados, a hegemonia é entendida como a articulação e justificação de interesses específicos como interesses gerais. Ela se manifesta por meio de um amplo consentimento, apoiado por recursos e instituições. Inicialmente, a hegemonia é estabelecida por forças de classes sociais que ocupam uma posição de liderança dentro de um Estado e depois se expande globalmente. Dentro da ordem mundial, pode existir uma situação de hegemonia baseada na combinação coerente de poder material, imagem coletiva predominante da ordem mundial e instituições que administram essa ordem com uma aparência de universalidade (MORTON, 2007).

Para Robert Cox (1995), hegemonia é uma forma de dominação, mas também implica uma ordem consensual. O poder de um Estado dominante é uma condição necessária, mas não suficiente para a hegemonia. A hegemonia envolve a moldagem de opiniões e valores que permeiam uma ordem social ou mundial estabelecida. As realidades intersubjetivas, como as

relações sociais compartilhadas, têm um papel fundamental na construção da realidade. A hegemonia se manifesta nas estruturas da sociedade, economia, cultura, gênero, etnia, classe e ideologia, dimensões que não são consideradas nas abordagens convencionais das relações internacionais sobre a hegemonia, que se limitam ao domínio estatal. É importante reconhecer que a dominação pode existir sem a hegemonia, pois esta é apenas uma forma possível de dominação (COX, 1995).

Baseando-se na obra “O Príncipe” de Maquiavel, Robert Cox (1993) explica que enquanto Maquiavel estruturava-se em torno do príncipe-indivíduo, Gramsci guiou-se pela visão do príncipe moderno: a relação entre a classe dominante, que controla e dirige a sociedade, com sua base de apoio. Para Gramsci, a hegemonia utiliza-se do equilíbrio entre consenso e coerção - e isso não significa que ambas devem ser utilizadas na mesma frequência, mas que, para que a hegemonia prevaleça, o consenso precisa estar presente. Assim, para manter-se no poder, a primeira opção para a classe dominante é o uso através de estratégias de consenso, ou seja, é necessário que esta cativa e influencie seus subordinados, levando em consideração os interesses dos mesmos (SILVESTRE, 2019).

Para que esse processo de dominação venha a se concretizar, é fundamental que as classes subalternas assumam como seu o interesse das classes dirigentes. Para Gramsci, a hegemonia consiste nesse processo: um determinado grupo da sociedade alcança o poder legítimo sobre outro através da difusão e reprodução de uma determinada ideologia – uma que mantenha os interesses e privilégios dessa mesma classe. A partir disso, a classe hegemônica deve moldar as estruturas do Estado para consolidar-se nacionalmente e posteriormente se projetar no âmbito internacional. Nas palavras da Laura Silvestre:

Fica perceptível, portanto, a grande motivação de Gramsci em compreender as forças que dão estabilidade para as relações de poder nas sociedades organizadas na forma de um Estado. O campo estatal é o local em que a classe dirigente, utilizando-se da força hegemônica, legítima e dissipa sua ideologia que nada mais é do que uma falsa consciência – uma visão fetichizada da realidade. Diz-se, assim, que a hegemonia é o cimento que mantém a estrutura social coesa e estável, concretizando-se, no plano material, através do monopólio da violência legítima e da estruturação da ordem econômica, e, no campo ideológico, com a instauração do consenso, constituído na introjeção nas classes dominadas dos valores e projeções simbólicas arquitetados pela classe hegemônica (SILVESTRE, 2019, p. 8).

Ou seja, é através do monopólio da violência e da utilização da produção de consenso que as classes dirigentes se consolidam como tal - e fazem com que todo o restante da sociedade as entenda dessa forma também (SILVESTRE, 2019).

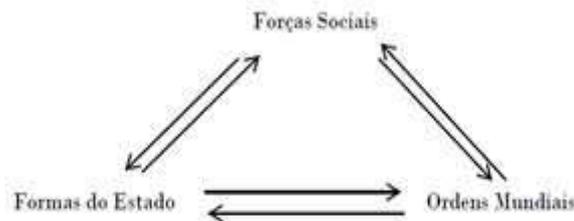
Em um aspecto internacional, o qual utilizaremos no decorrer desse trabalho, iremos utilizar os conceitos de Gramsci através da leitura de Cox e outros autores neogramscianos. Gramsci não desenvolveu uma teoria hegemônica das Relações Internacionais, porém, ele afirma que a mesma determina ou é determinada pelas estruturas nacionais. Assim, “quanto mais a vida econômica de uma nação for subordinada às relações internacionais, mais um determinado grupo irá apoiar e utilizar-se dessa situação, com o intuito de impedir que grupos rivais ganhem poder” (GRAMSCI, 1992, p.176). Logo, no pensamento gramsciano, as relações internacionais são alimentadas pelas relações sociais fundamentais e o meio internacional deve ser analisado a partir do conflito de classes e a construção das forças sociais (SILVESTRE, 2019). Em linhas gerais, as mudanças ou manutenção de poder no âmbito internacional são sustentadas a partir das forças hegemônicas que operam inseridas dentro de processos fundamentais nas relações sociais nacionais (COX, 1993; VAN DER PIJL, 2005).

Em seu artigo “Gramsci, hegemony, and international relations: an essay in method”, Robert Cox (1993) se propõe a entender alguns conceitos de Gramsci e como eles podem ser “adaptados, reservando seu significado essencial, para compreender os problemas da ordem mundial” (COX, 1993, p. 124). Assim, o autor procura dar visibilidade aos estudos de Gramsci na área de estudos das Relações Internacionais, um campo historicamente marcado pelo *mainstream* Realista, sobretudo o Realismo Estrutural de Kenneth Waltz.

Com base no pensamento de Antonio Gramsci, Cox formulou uma das mais importantes críticas às teorias tradicionais nas Relações Internacionais. O autor divide as teorias entre ‘Teorias de Solução de Problemas’ e ‘Teoria Crítica’. A premissa que determina a diferença entre as duas é a de que “uma teoria é sempre para alguém e para algum propósito”, referindo-se a segunda (COX, 2021, p. 13). Cox menciona a relevância de Gramsci para uma análise efetivamente histórica e compatível com a Teoria Crítica. Inclui o uso e a importância do conceito gramsciano de hegemonia no sentido de “apreender historicamente os processos sociais e referentes às instituições internas e internacionais, às ideias, capacidades materiais no que refere à combinação de elementos de coerção e de legitimação pelo consenso” (PASSOS, 2022, p.10).

Apesar de Gramsci não ter presenciado um período de força hegemônica em escala global, pois faleceu em 1937, o trabalho dos neogramscianos surge com esse intuito – de desenvolver teorias críticas das Relações Internacionais. É dentro desse contexto que Cox assume um papel central. Ele desenvolveu um recurso teórico que nomeou ‘método das estruturas históricas’, o qual tem como ponto de partida a constelação de forças sociais e de Estados que interagem, dando sustentação à ordem mundial. No decorrer do pós-Segunda Guerra mundial, as teorias que estavam em alta centravam-se na abordagem tradicional que viam o Estado e a sociedade civil como entidades distintas. Cox defende, com base na noção de Estado ampliado em Gramsci, a superação dessa cisão propondo a ideia de um “complexo - formado pela união entre Estado e sociedade civil – como entidade básica das relações internacionais” (COX, 2021, p.12), conforme figura abaixo.

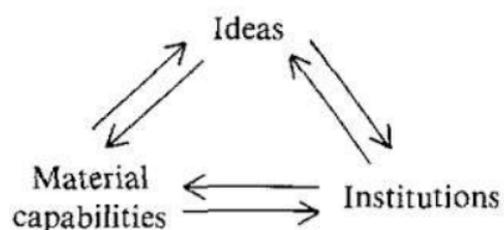
Figura 1: Forças sociais, formas de Estado e ordens mundiais



Fonte: COX, 2021, p. 24.

Como indicam as setas na figura 1, há uma interconexão entre os três níveis: Formas do Estado, Ordens Mundiais e Forças Sociais. As relações entre estes, porém, não são unilaterais. As forças sociais têm influenciado os Estados, os quais ao mesmo tempo moldam e são condicionados pela ordem mundial. Da mesma forma, os Estados também interferem na ação das forças sociais e essas produzem efeitos sobre as ordens mundiais. “Cada um desses níveis pode ser estudado como uma sucessão de estruturas rivais, uma dominante e outra emergente” (COX, 2021, p. 23).

Figura 2: Estruturas históricas (Capacidades materiais, Instituições e Ideias)



Fonte: COX, 2021, p. 24.

Dentro de cada um desses três níveis, existem três tipos de forças que interagem entre si (figura 2). São elas: capacidades materiais, ideias e instituições. Novamente, não há nenhuma conexão unilateral entre elas, e sim de todas para todas. Como destaca Cox, “a questão de como as linhas de força funcionam é sempre uma questão histórica a ser respondida por um estudo do caso particular” (COX, 2021, p. 21-22). As capacidades materiais dizem respeito à esfera econômica da estrutura social, ou seja, podem incluir o potencial tecnológico e organizacional - mas não somente como uma sociedade se desenvolve economicamente, mas também a maneira como esse desenvolvimento é planejado. As ideias dizem respeito aos hábitos e comportamentos de uma sociedade e como as massas são influenciadas através de verdades absolutas legitimadas pelo poder prevalente. Por fim, temos as instituições, que são as perpetuadoras da ordem e responsáveis pela criação do imaginário coletivo. É a partir do conceito de instituição que Cox se aproxima da noção de hegemonia de Gramsci. Nesse sentido,

Existe uma conexão estreita entre a institucionalização e o que Gramsci chamou de hegemonia. As instituições fornecem formas de lidar com os conflitos internos de forma a minimizar o uso da força. Há um potencial de *enforcement* nas relações de poder materiais subjacentes a qualquer estrutura, na medida em que os fortes podem derrotar os fracos se eles acharem necessário. Mas a força não terá de ser usada para assegurar o domínio do forte na medida em que o fraco aceite as relações de poder prevalentes como legítimas. [...] As instituições podem se tornar a âncora para uma estratégia hegemônica, uma vez que se prestam tanto às representações de interesses diversos quanto à universalização das políticas [*policy*] (COX, 2021, p. 23).

Trazendo a discussão para o âmbito internacional, segundo Cox, a hegemonia de uma classe dominante pode se desenvolver além das fronteiras de um Estado. Cox explica que isso ocorre quando essa classe dominante estabelece relações sociais e consolida sua influência internamente, e, uma vez consolidada, essa hegemonia pode se expandir internacionalmente, conectando forças de classe social em diferentes países. Esse processo envolve a expansão externa dos modos de relações sociais de produção e dos interesses da classe dominante em escala mundial. Além disso, mecanismos institucionais dentro do cenário internacional podem apoiar essa expansão, como movimentos, associações voluntárias e organizações não governamentais porém enraizadas no Estado. Assim, as forças de classe social podem alcançar a hegemonia tanto em uma ordem nacional quanto na ordem mundial, como afirma Cox: "Uma hegemonia mundial é, assim, em seus começos, uma expansão externa da hegemonia interna (nacional) estabelecida por uma classe social" (COX, 1983, p. 171).

No contexto da "ordem mundial neoliberal", autores como Adam Morton (2007) e Stephen Gill (1995) concordam com Cox sobre as funções das organizações internacionais. Essas instituições, como a ONU e instituições financeiras internacionais, disseminam e legitimam ajustes estruturais neoliberais, cooptando as elites dos países periféricos. Ao promover políticas neoliberais em nome do "bem comum" internacional, refletem consensos das forças sociais hegemônicas em nível transnacional. Gill chama isso de "neoliberalismo disciplinador". Morton os compara a 'príncipes modernos', com um papel protagonista na condução de mudanças globais (GUERRA, 2020).

Ao analisar o conceito de hegemonia aplicado aos Estados Unidos, isto é, à sua classe dominante que se utiliza do aparato estatal para internacionalizar e fazer valer os seus interesses no globo, Cox nos chama atenção para o fato de que, "ao aplicar o conceito de hegemonia à ordem mundial, torna-se importante determinar quando um período de hegemonia começa e quando termina" (COX, 1993, p. 60). Nesse sentido, a hegemonia de uma classe econômica dominante estadunidense à nível global, situa-se no contexto do final da Segunda Guerra Mundial, desenvolveu ao longo dos anos novos mecanismos de expansão e manutenção dos seus interesses. Em certos momentos, de forma mais direta, como observado no contexto da Guerra Fria com o uso da Agência Central de Inteligência (CIA) em apoio às ditaduras militares na América Latina, e em outros mediante o uso de ferramentas mais indiretas, caso da própria atuação do CIPE, objeto de análise deste trabalho, após esse período. De acordo com Stephen Gill,

Central para isso era o compromisso entre a liberalização gradual da economia capitalista mundial e os imperativos intervencionistas da democracia social doméstica, e um compromisso militar geral para conter a disseminação do comunismo soviético. Essa congruência permitiu a institucionalização da hegemonia norte-americana e a cuidadosa construção e manutenção de regimes internacionais, incorporando princípios e valores favoráveis aos Estados Unidos (GILL, 2002, p. 91).

Assim, ao partir da estrutura conceitual desenvolvida por Cox, percebe-se que o domínio da classe econômica dominante estadunidense não se restringe ao uso da coerção e de seus recursos materiais, mas, sobretudo, conta com a utilização de práticas de consenso e da mobilização de instituições e da elaboração de ideologias voltadas à disseminação e obtenção de legitimidade de seu domínio e direção (COX, 2021; 1993). Por meio da institucionalização de organismos diretos e indiretos, tal classe promove a sua visão de mundo e interesses de modo a preservar seu domínio sobre outros grupos sociais e, conseqüentemente, a própria ordem hegemônica prevalecente. Como destaca Cox, "a

hegemonia mundial é descrita como uma estrutura social, uma estrutura econômica e uma estrutura política; e não pode ser simplesmente uma dessas coisas, mas deve ser todas as três” (COX, 1993, p. 62).

Aplicando os conceitos de Gramsci e Cox na contemporaneidade, é no discorrer da Guerra Fria, sobretudo na América Latina, que os Estados Unidos faziam uso da força e de seus aparelhos repressivos como ferramenta de manutenção hegemônica sob a justificativa da ameaça comunista (ROBINSON, 1996; PETRAS; VELTMEYER, 2014). Entretanto, a sua alteração de estratégia deu espaço ao domínio mediante a criação do consenso por meio dos aparelhos privados de hegemonia, que, para Gramsci, é um conceito atrelado ao de sociedade civil, como explicado no tópico anterior.

A criação de consenso é impulsionada pela disseminação de ideias inerentes ao neoliberalismo, promovidas por organizações que não possuem vínculos diretos com os governos, mas sim com as classes dominantes que exercem autoridade em determinado país. Essas organizações aproximam dirigentes à uma elite empresarial, convertendo esse relacionamento em recursos que são canalizados na forma de treinamento, projetos, e desse modo, nas credenciais necessárias para a construção do consentimento nos principais espaços da sociedade.

O sistema internacional reflete os interesses de uma classe econômica dominante, mais especificamente dos Estados Unidos, que encontra apoio de uma classe econômica dominante latino-americana interessada em proteger seus interesses e privilégios. Essa classe econômica dominante estadunidense utiliza ora mecanismos diretos ou indiretos, e a depender do contexto da mobilização de ambos, visando promover na periferia seus objetivos de modo universal, sobretudo, mediante à promoção de valores comuns como democracia, direitos humanos e livre mercado. Isso é chamado de "imperialismo cultural", em que particularidades de uma tradição histórica singular são universalizadas e camufladas como normas universais (BOURDIEU; WACQUANT, 2002, p. 15).

2.3 Estados Unidos e a (re)definição de seus mecanismos de ingerência na América Latina

Para preparar o terreno para os militares, financiamos e canalizamos as forças de organizações líderes da sociedade civil e da mídia. Foi uma versão melhorada do golpe no Brasil (1964)

Philip Agee, ex-agente da CIA, referindo-se ao golpe no Chile (apud OSPINA, 2008, s/p).

Ao longo da história, o desenvolvimento da sociedade - e de todas as esferas atreladas à ela - fora pautado a partir do atrito entre 'força' e 'diálogo'. A dualidade entre coerção e persuasão vêm sendo uma constante nos jogos de poder das Relações Internacionais, em busca da consolidação da hegemonia. O conceito de hegemonia, como trazido anteriormente, é uma construção histórica que foi vista de diferentes ângulos a partir de diferentes autores e contextos. Como afirma Silvestre: "o conceito de 'hegemonia' eternizou-se na continuidade e descontinuidade de relações que oscilam em uma balança, ora pesando para o lado do convencimento permitido, ora para o uso da pura violência" (SILVESTRE, 2019, p.1).

Evidenciando o conceito de hegemonia atrelado nos tópicos 2.1 e 2.2 deste capítulo, e aproximando-os do nosso objeto de estudo, que tem origem nos Estados Unidos, é necessário fazer um aparato histórico de como as instituições que atuam de forma internacional se consolidaram. Após a Segunda Guerra Mundial, ocorreram duas configurações no cenário internacional, de acordo com Stephen Gill e David Law (1993): o bloco histórico internacional e o bloco histórico transnacional. O primeiro foi construído a partir da expansão das forças sociais nos Estados Unidos e sua articulação com as forças sociais na Europa. Era uma aliança que envolvia várias classes sociais e tinha uma base orgânica enraizada nas estruturas materiais e normativas da sociedade. No entanto, os estados periféricos desempenhavam um papel secundário nessa dinâmica (GILL; LAW, 1993).

Ainda sob a análise de Gill e Law (1993), é sob a hegemonia dos Estados Unidos que foi estabelecida uma ordem econômica internacional liberal, também conhecida como Pax Americana. Nesse período, os mercados financeiros se destacaram como instrumentos importantes para a reprodução dessa ordem, o dólar ganhou um papel significativo e foram internacionalizados princípios do New Deal norte-americano (GILL; LAW, 1993).

Nesse cenário, a promoção de valores liberais foi impulsionada por instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a ONU. Durante o período do bloco internacional, prevaleceu o Estado de bem-estar social, resultado

de um consenso entre interesses industriais, mão de obra organizada e governo (COX, 1996). Ocorreu a expansão da globalização neoliberal, sendo seus dois aspectos principais: internacionalização da produção, por meio de redes transnacionais complexas, e a formação de uma economia global que transcende as fronteiras nacionais (RAMOS, 2006).

Nesse período, o governo estadunidense, o maior beneficiário da Segunda Guerra, se encontrava com uma economia forte e supremacia bélica. Diante do cenário de demandas econômicas domésticas e embates ideológicos, o país adotou uma política externa agressiva: a intervenção em outras nações, com o intuito de controlar suas matérias-primas e mercados consumidores. Assim, como afirma Sidnei Munhoz (2012):

Durante os dois governos de Harry Truman (1945-1953) foram arquitetadas políticas com o objetivo de controlar áreas anteriormente sob o domínio das forças do Eixo e, ao mesmo tempo, conter uma possível expansão soviética na Europa. Além disso, a crise dos impérios coloniais britânico e francês permitiu a expansão da presença dos EUA na África e na Ásia. Em contrapartida, nessas regiões, a eclosão de lutas pela independência nacional, de territórios até então sob o domínio colonial de potências europeias, se aproximava das teses socialistas e buscava na União Soviética um possível apoio estratégico e militar. Em que pese a relutância da URSS em apoiar esses movimentos de forma direta, em decorrência de seus imediatos interesses de Estado, voltados a um acordo com os Estados Unidos, na maioria das vezes a política soviética para essa região era vista pelos seus rivais como expansionista (MUNHOZ, 2012, p. 4).

A Guerra Fria é desencadeada nesse contexto e a expansão liberal dos EUA se torna palpável por todo o globo - como a figura do ‘bom’ versus o ‘mal’ representado pela União Soviética. Mesmo com o declínio soviético, a política externa do governo estadunidense continua sendo a mesma empreendida durante todo o período: expansão e manutenção de poder (CONDE, 2018). Em vista disso, tem-se aqui um esforço em analisar a atuação dos Estados Unidos sob a égide do apoio e financiamento a ditaduras militares em defesa dos interesses de sua classe econômica dominante na América Latina, sem perder de vista a participação de uma classe dominante local interessada em usufruir deste alinhamento para a proteção de suas propriedades e privilégios. Como destaca Vijay Prashad, “aqueles que pareciam ser aliados óbvios tiveram que ser alinhados” (PRASHAD, 2020, s/p).

Foi durante esse período que muitos militares latino-americanos começaram a realizar cursos militares nos Estados Unidos e quando esses oficiais retornavam dos EUA, já estavam profundamente influenciados por uma concepção de ‘defesa nacional’. Assim, nascia no Brasil a ESG (Escola Superior de Guerra) como um núcleo de estudos estratégicos que se destinou a pensar estratégias de segurança e desenvolvimento para o Brasil. A partir da ESG,

os princípios da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foram consolidados, tendo como seu principal objetivo a eliminação de ‘inimigos internos’, ou seja, todos aqueles que ameaçavam o regime estabelecido - todo e qualquer país que pudesse possuir tendências comunistas. A DSN fazia uma comparação entre bem-estar social e segurança, na qual a primeira poderia sacrificar-se em prol da segunda: se a segurança nacional está ameaçada, justifica-se a limitação da liberdade individual. Além da DSN, outros órgãos também surgiram, como o Serviço Nacional de Informações - SNI (PADRÓS, 2012).

Frente à ‘ameaça comunista’ a DSN defendia suas percepções de que, segundo Enrique Serra Padrós “a URSS utilizava o comunismo internacional como instrumento de agressão e de subversão no interior dos países” (PADRÓS, 2012, p. 498). Frente a isso, os Estados Unidos autoproclamavam-se defensores do mundo livre, impondo divisão de tarefas militares para que os países latino-americanos se sentissem responsabilizados pela proteção de seus territórios. Em linhas gerais, a ameaça comunista foi a justificativa encontrada pelos Estados Unidos em conluio com os grupos dominantes na América Latina, a exemplo dos militares, para desestabilizar lideranças que se insurgiram a manutenção do status quo (PRASHAD, 2020).

Paralelo ao avanço da DSN, acontecia o processo de ‘pentagonização’ dos exércitos latino-americanos a partir da aprovação, pelo governo estadunidense, da “Lei de Segurança Mútua” (1951). Essa expressão, em seu cerne, visava a ampliação das relações entre os militares brasileiros e estadunidenses com as premissas de fornecimento bélico, intercâmbio de informações, além de treinamentos e instruções para ações encobertas. Propunha-se uma necessidade de ‘profissionalismo’ das Forças Armadas, o que exigia uma capacitação dos mesmos perante a segurança interna da América latina, com foco na manutenção do status quo local. Essa pentagonização tem levado a uma dependência excessiva dos Estados Unidos, minando a soberania e a autonomia dos países da América Latina (PADRÓS, 2012; 2007).

Foi a partir dos acontecimentos que envolveram a Revolução Cubana que o continente americano passou a ter uma importância significativa na política externa estadunidense, uma vez que um ataque direto pelas forças comunistas na América do Sul era improvável até então. Entretanto, tal reviravolta se dá a partir do medo de que houvesse uma ‘cubanização’ do continente, sobretudo nos países latino-americanos, como afirma Padrós: “Os acontecimentos que envolveram a Revolução Cubana aceleraram a mudança qualitativa do perfil intervencionista estadunidense” (PADRÓS, 2007, p. 14).

Em agosto de 1975, aconteceu a consolidação da Operação Condor, encabeçada por Manuel Contreras (Chefe da Dina - Direção de Inteligência Nacional) e por Vernon Walters (Diretor Adjunto da CIA - Central Intelligence Agency). Contreras viajou para diversos países latino-americanos para expor seu projeto e convencê-los sobre a importância da coordenação para eliminar o ‘inimigo comunista’ (BAUER, 2007). Nesse contexto, a Operação Condor foi uma operação clandestina de inteligência e repressão com apoio dos Estados Unidos e de vários países latino-americanos. Foi um esforço conjunto de regimes militares de países como Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai e outros, para reprimir e eliminar supostos opositores políticos, muitas vezes usando métodos violentos, como prisões ilegais, tortura e assassinato.

Encabeçado pelos Estados Unidos, a Operação Condor alterou toda a estrutura dos Estados da América Latina, ‘legitimando’ ações violentas em prol da ideologia capitalista. Assim, afirma Fabiano Farias De Souza (2011, p. 164): “O operativo legitimou o exercício de ações ilegais, onde se respeitava somente as fronteiras ideológicas. Representações estrangeiras “soberanas” e protegidas por Tratados Internacionais não eram respeitadas, violando normas do Direito Internacional.“. O governo estadunidense, através de suas agências militares, contribuiu de maneira ativa na operação através de informações e subsídios. Assim, camuflados de assuntos militares, se desenvolviam processos de repressão aos adversários, utilizando de regimes autoritários (SOUZA, 2011).

Através de documentos secretos, foi provado que a CIA e outros serviços de inteligência apoiaram a integração das forças de segurança da América Latina, como confirmou Robert Scherrer, em 1976, quando atuava como agente do FBI em Buenos Aires, através de uma mensagem enviada a seus superiores:

A Operação Condor é o nome-chave para o recolhimento, o intercâmbio e o armazenamento de informação secreta relativa aos denominados esquerdistas, comunistas e marxistas. Estabeleceu a cooperação entre os serviços de inteligência da América do Sul com o propósito de eliminar as atividades terroristas da região (MARIANO, 2003, p.18).

É nesse contexto que os Estados Unidos, desde sua consolidação como potência regional, afirma seu poder militar, político, econômico e a necessidade de manter a América livre da interferência do Velho Mundo. Sobretudo, os EUA constroem sua identidade contrapondo-se ao sistema político e de valores europeu (PECEQUILO, 2011). Dessa forma, ao longo do século passado, o país já fazia uso de mecanismos governamentais, como a Central Intelligence Agency (CIA) e o Pentágono, para garantir sua hegemonia sob a

justificativa de segurança nacional e ameaça comunista (SCHOULTZ, 2000). Entretanto, ao final do período, em especial com o fim Guerra Fria, tal conjuntura foi sendo alterada e a persuasão foi ganhando espaço através do uso de mecanismos indiretos. Nesse sentido, por mais que as práticas de ingerência direta dos EUA ainda sejam constantes, elas não são mais a única forma para manutenção do domínio de sua classe econômica dominante na América Latina (VIDAL et al, 2021).

As estratégias mudaram – antes mais visíveis sob a forma de coerção, hoje mais sorrateiras sob a forma de consenso – ainda assim, são estratégias de intervenção estrangeira de uma classe econômica hegemônica para manutenção de seus privilégios, só possível com o conluio dessas mesmas classes dominantes locais (VIDAL; BRUM, 118).

Através de seus mecanismos, ora diplomáticos ora guiados pela força militar, a política externa dos Estados Unidos se difere em cada um dos governos, dando ênfase mais ou menos a cada um desses elementos. A promoção da diplomacia pregada pelo governo estadunidense conta com esses instrumentos para difundir este regime ao redor do mundo. No entanto, o país também conta com outros mecanismos, como afirma Barbosa: “outros instrumentos são utilizados, como a ajuda externa, entendida pelo governo dos EUA como elemento importante de assistência política externa no apoio ao fortalecimento político e às organizações da sociedade civil em outros países” (BARBOSA, 2020, p. 55).

É importante notar que essas ações de ingerência dos Estados Unidos durante a Guerra Fria foram controversas, utilizando-se, em um primeiro momento, de práticas mais incisivas, através do apoio de ditaduras, operações secretas, e políticas de contenção em todo o mundo. Com a conivência da CIA, do FBI e do Departamento de Estado, a Operação Condor representou uma dessas ações, que foi vista como uma forma de dominação política mediante o uso ilimitado da violência institucional contando com o financiamento dos Estados Unidos (BAUER, 2007). Além disso, a crise do capitalismo nos anos 1970 levou à substituição do Estado de bem-estar social pelo estado neoliberal. Com a diminuição de sua intervenção na economia, o Estado neoliberal passou a dar suporte à acumulação de capital e buscar legitimar essa acumulação perante a opinião pública (GILL; LAW, 1993).

Esse processo resultou na internacionalização do Estado como consequência da globalização neoliberal. A economia global aberta facilitou a disseminação de ideologias e valores liberais, e as empresas transnacionais ganharam maior influência e autoridade tanto em relação aos Estados quanto em relação às organizações internacionais ao alocarem seus recursos internacionalmente (RAMOS, 2006).

É a partir desse processo de internacionalização do Estado que os processos e mecanismos de ingerência dos Estados Unidos passaram por mudanças significativas, principalmente quanto à eclosão de escândalos acerca do envolvimento direto da CIA nos golpes militares na América Latina. Ocorreu, assim, após a Guerra Fria a materialização de um conjunto de ferramentas terceirizadas utilizadas para influenciar nos assuntos políticos, econômicos e sociais de outros países. De forma geral, foi nesse contexto que uma abordagem mais seletiva no uso da força militar fora adotado, com enfoque em estratégias de produção de consentimento, como a criação de organizações não-governamentais que poderiam absorver tensões e manter o controle social, permitindo com que os EUA atinjam um nível de desengajamento ao ‘terceirizar’ a implementação de programas no âmbito de organizações da sociedade civil (ROBINSON, 1996).

Em síntese, os Estados Unidos vem buscando formas de desviar o foco de uma atuação mais direta ao conceder recursos e apoio logístico para grupos privados, que vão desde ONGs, sindicatos, jornais e *think tanks*, sustentados principalmente a partir de organismos como o National Endowment for Democracy (NED) na ‘promoção da democracia’ e do seu braço empresarial, o Center for International Private Enterprise (CIPE) na difusão do livre mercado.

3 O PAPEL DO CENTER FOR INTERNATIONAL ENTERPRISE NA TERCEIRIZAÇÃO DA INGERÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS

O capítulo em questão tem como objetivo, em um primeiro momento, contextualizar as motivações para a criação do National Endowment for Democracy (NED), além de evidenciar o cenário internacional da época que ocasionou tal feito. Foi através de uma série de revelações que apontavam o papel desempenhado pela CIA na manutenção de regimes militares, principalmente na América Latina, que tem-se na década de 80 a criação do *National Endowment for Democracy* (NED), organismo criado para funcionar como uma ferramenta capaz de canalizar recursos públicos e encobri-los na forma de financiamento privado em apoio a organizações civis em outros países, obscurecendo dessa forma, a ligação direta entre as atividades de ingerência dos EUA e seus reais interesses.

No segundo tópico deste capítulo, o objetivo consistirá em explicitar o surgimento e o papel exercido pelo CIPE, objeto deste estudo, na manutenção e reprodução dos interesses de uma classe econômica dominante estadunidense. Desse modo, será elucidado a conjuntura e os principais objetivos que sustentaram sua criação, tendo em vista a representação do mesmo enquanto representante de uma dada camada empresarial dos EUA na promoção do livre mercado dentro da estrutura do NED.

3.1 National Endowment for Democracy (NED)

Muito do que fazemos hoje era feito secretamente há 25 anos pela CIA (Ex-Presidente do NED Allen Weinstein apud GUILHOT, 2003, p. 230).

O contexto da criação do NED se deu durante o período em que a retórica anticomunista do governo norte-americano perdia força no final da Guerra Fria, e era necessário encontrar outras justificativas para a manutenção da ingerência dos Estados Unidos nos assuntos domésticos de outros países. Entretanto, o modelo anterior de combate ao comunismo, que incluía: operações chefiadas pela CIA, implicações das ditaduras apoiadas na América Latina e as transformações que se operavam na economia capitalista, já não era mais bem visto internacionalmente e foi necessário encontrar novas formas de atuação (MINELLA, 2009). Podemos entender essa reestruturação da estratégia dos Estados Unidos através das palavras de Flávio Casimiro (2015):

Garantir a realização da dominação e direção de forma indissociada, ou seja, garantir a construção de uma hegemonia, exige uma atualização constante das estratégias de construção de consenso, onde o custo político e social da manutenção prolongada de um regime ditatorial pode trazer tensões, muitas

vezes, perigosas do ponto de vista da legitimidade do poder e, por outro lado, em certa medida, podem dificultar a própria reprodução ampliada da acumulação capitalista. Por conseguinte, a democracia - bandeira comum entre distintas classes e frações de classe em disputa nos vários processos de redemocratização de países latino-americanos, no final dos anos de 1980 e início da década de 1990 – foi incorporada ou capturada também pelos grupos conservadores articulando, assim, estratégias de transição pactuadas pelo alto (CASIMIRO, p. 2, 2015).

Ou seja, a partir das considerações de Ary Minella e Flávio Casimiro fica claro como somente o domínio econômico internacional não foi suficiente para que os Estados Unidos garantisse sua hegemonia e influência por todo o mundo. A partir do momento em que o país se utiliza de meios de coerção que envolvam diretamente o uso da força, como retaliações, imposições e, principalmente, guerras e embargos econômicos, ele perde em eficácia quando comparamos com a utilização de outros meios mais indiretos e menos visíveis, a exemplo do uso de valores comuns, como a promoção da democracia, Direitos Humanos e o livre mercado: “Conquistar outras culturas com os atributos de seu *american way of life* e penetrar no campo da sociedade civil influenciando a opinião pública foi uma estratégia bem pensada na década de 1980” (BARBOSA, 2020, p. 67778).

A partir do final da Guerra Fria, houve três principais mudanças na abordagem dos Estados Unidos em relação à América Latina. A primeira mudança foi um maior foco na melhoria das instituições na região: durante a Guerra Fria, os EUA buscavam influenciar a forma de pensar e agir dos latino-americanos, acreditando que isso levaria ao desenvolvimento. No entanto, diante do desafio comunista e das expectativas crescentes dos latino-americanos, houve uma mudança para um enfoque no desenvolvimento econômico. Os EUA buscavam mostrar aos latino-americanos formas mais avançadas de fazer as coisas, com a esperança de que isso resultasse em mudanças comportamentais e hábitos de pensamento mais racionais (SHOULTZ, 2018).

A USAID tinha como objetivo ensinar às instituições latino-americanas como funcionar de maneira eficiente e restringir práticas indesejáveis. Em 2005, seus programas de governança visavam promover a responsabilidade e transparência nas instituições governamentais, fortalecer organizações da sociedade civil, combater a corrupção e melhorar a gestão de recursos e serviços públicos. Como afirma Leonardo Ramos (2010, p. 43), o novo regime procurou implementar uma “correção de rumos na política externa brasileira baseada no desmantelamento dos princípios que norteavam a Política Externa Independente, tais como

o nacionalismo, o ideário da OPA e a autonomia do Brasil em face à divisão bipolar do mundo e da hegemonia norte-americana sobre a América Latina”.

A segunda grande mudança destacada por Shoultz (2018) foi o aumento significativo no número de organizações executoras envolvidas na assistência estrangeira dos EUA. Em 2008, havia uma grande variedade de diretivas, objetivos e áreas prioritárias estabelecidos pelo Congresso, totalizando 247 diretivas e envolvendo 12 dos 15 departamentos ministeriais.

A terceira mudança na abordagem da USAID é a terceirização, embora essa prática não seja inteiramente nova - remonta à era progressista, quando professores universitários atuavam como especialistas em assuntos financeiros e democráticos. A terceirização também foi parte da política de Boa Vizinhança, com instituições como o Institute of International Education sendo contratadas para implementar intercâmbios culturais (SHOULTZ, 2018).

No entanto, a expansão significativa da terceirização ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, quando projetos de assistência técnica exigiam conhecimentos altamente especializados disponíveis nas universidades. Na década de 1960, com as crescentes responsabilidades globais da USAID, a terceirização foi amplamente adotada, com a crença de que o setor privado poderia oferecer resultados melhores. Ao longo dos anos, a terceirização gradualmente se tornou a forma padrão de conduzir os negócios de assistência governamental. Essa prática foi incentivada pelo Congresso, com a crença de que os contratados privados seriam mais econômicos ou capazes de fornecer serviços de melhor qualidade, ou ambos (SHOULTZ, 2018).

Ao analisar a história da agência fica evidente que sua criação segue um padrão estabelecido por iniciativas anteriores de institucionalização da assistência internacional, que possuíam uma natureza política significativa, como o Plano Marshall e os Programas do Presidente Harry Truman (RAMOS; ZAHRAN 2010). Essas mudanças refletiram a crença na importância das instituições políticas sólidas, o aumento das responsabilidades relacionadas à boa governança e a busca por especialistas não governamentais para alcançar esses objetivos. A promoção da democracia na América Latina era uma ideia que já existia desde a década de 1960 (SHOULTZ, 2018).

Com sua base ideológica centrada na "promoção da democracia", o National Endowment for Democracy estava bem munido para reconstruir o consenso interno dos Estados Unidos em relação a operações políticas no exterior. Em 1966, ocorreu a aprovação

da adição do título IX à Lei de Ajuda Externa, o que despertou o interesse em criar uma organização que promovesse os interesses norte-americanos no exterior. Em 1967, houve a consolidação da Comissão Katzenbach, pelo presidente Lyndon B. Johnson, recomendando que o governo desenvolvesse um mecanismo público-privado para financiar abertamente organizações merecedoras de apoio público em atividades no exterior de interesse nacional (ROBINSON, 1996).

Nesse contexto, um grupo de funcionários do governo, acadêmicos, líderes sindicais, empresariais e políticos criaram a American Political Foundation (APF) em 1979, com financiamento da United States Information Agency - USIA (atual USAID), do Departamento de Estado e de várias fundações privadas. Seus membros encontravam-se distribuídos em três categorias: a) membros do círculo interno de segurança nacional e formuladores de políticas externas; b) membros dos dois partidos, sindicalistas e empresários e, por fim; c) membros da comunidade de inteligência e segurança (incluindo pessoas da CIA) e agentes da USIA. A APF era presidida por Allen Weinstein, que posteriormente se tornou o primeiro presidente do NED. Como parte do Democracy Program - criado em 1983, sendo um dos quatro programas principais do NED e com o objetivo apoiar e fortalecer as instituições democráticas em países em desenvolvimento e em transição para a democracia - as atividades da USIA foram amplamente expandidas na década de 1980 (ROBINSON, 1996).

A fundação do National Endowment for Democracy (NED) durante o governo de Ronald Reagan, pode ser elucidada como o principal exemplo da terceira mudança trazida por SHOULTZ (2018). Em 1983, durante a era da Guerra Fria, o Congresso dos Estados Unidos aprovou uma lei autorizando o financiamento governamental da NED, que foi estabelecida como uma organização sem fins lucrativos privada. Seu objetivo era promover a melhoria da governança em outros países.

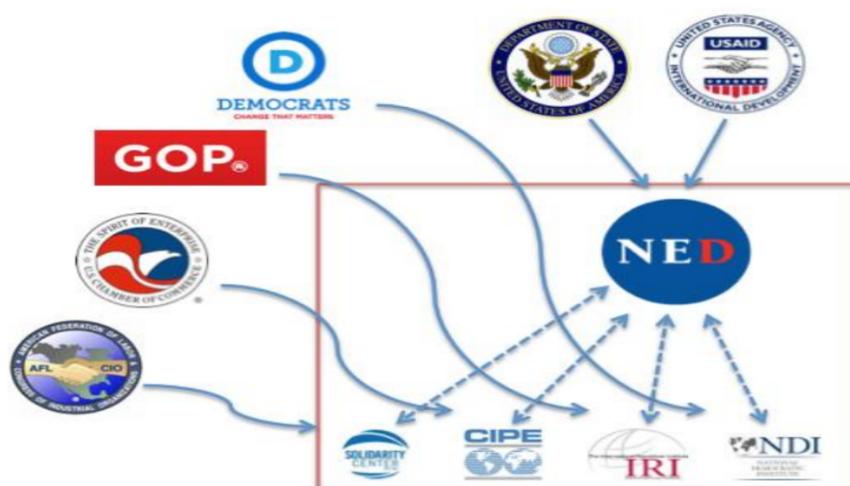
Essa instituição foi o ponto de partida para a nova estratégia desenvolvida pelos Estados Unidos, visando uma dominação menos escancarada e que pudesse se desenvolver por outros meios que não os governamentais, como afirma Minella “uma tentativa de atender à reestruturação capitalista em curso, conforme os interesses estratégicos do governo e das corporações norte-americanas” (MINELLA, 2009, p. 14).

Com o fim da Guerra Fria já no horizonte, o combate ao comunismo enquanto estratégia dos Estados Unidos estava perdendo força e legitimidade, ao mesmo tempo a promoção de valores como a democracia foi adquirindo uma importância crescente dentro de

sua política externa. Para o sociólogo James Petras, “o fim da Guerra Fria reforçou, em Washington o impulso para consolidar seu imperialismo informal na América Latina” (PETRAS, 1997, p. 27), de modo que o NED se tornaria um dos principais exemplos deste esforço.

O NED se apresenta como uma organização não governamental, porém, é sustentada com recursos públicos, constituindo-se como um dos canais fundamentais de atuação e intervenção dos EUA no exterior. A formação do NED foi seguida pela criação de outras quatro entidades que fazem parte do seu guarda-chuva: Center for International Private Enterprise (CIPE), fundado em 1983, constituiu-se como uma entidade da U.S. Chamber of Commerce (Câmara Americana de Comércio). O National Democratic Institute for International Affairs (NDI), instituto associado ao Partido Democrata; o International Republican Institute (IRI), instituto associado ao Partido Republicano. Em 1997, a AFL-CIO unificou seus quatro institutos de atuação no exterior, incluindo o FTUI, criando o American Center for International Labor Solidarity (ACILS), também conhecido como Solidarity Center, com atuação nos setores trabalhistas e sindicais. Além deles, é importante ressaltar a atuação da United States Agency for International Development (USAID) que, no contexto do NED, está relacionada com o repasse de recursos públicos à organização. Ou seja, o repasse de verba entre o NED e o Congresso dos Estados Unidos se dá por meio da USAID (CASIMIRO, 2015). Na figura 3, pode-se verificar o organograma das organizações vinculadas ao NED:

Figura 3 - Organograma do NED



Fonte: BARBOSA (2020)

Dessa forma, fica claro como a estrutura do NED foi pensada para abarcar toda a configuração de uma classe econômica dominante estadunidense, sendo uma articulação do Estado com os dois partidos políticos dominantes, com as grandes corporações estadunidenses e com o movimento sindical (CASIMIRO, 2015). Assim, o NED assumiria grande parte do financiamento e orientação política para os partidos políticos, sindicatos, grupos empresariais, mídia de notícias e organizações cívicas. De acordo com New York Times, logo após sua criação: “O NED é uma combinação de dinheiro do governo, flexibilidade burocrática e compromisso anticomunista [...] que mistura fundos públicos e interesses privados” (New York Times).

Como destacam James Scott e Kelly Walters, a diplomacia informal utilizada pelo governo dos Estados Unidos através do NED “permite desenvolver políticas que normalmente seriam impedidas por princípios de soberania e não-intervenção, e essa ‘diplomacia informal’ é um elemento potencialmente útil para a política externa” (SCOTT; WALTERS, 2000, p. 255). Já de acordo com Carl Gershman, ex-Presidente do NED, em discurso proferido no ano de 1986: “Em um mundo de comunicação avançada e conhecimento explosivo, não é mais possível confiar exclusivamente na força para promover a estabilidade e defender a segurança nacional”.

Embora sejam apresentados como organizações não governamentais (ONGs) ou organizações voluntárias privadas (PVOs), os grupos ‘privados’ que gerenciam os programas de ‘promoção da democracia’ nos países intervenientes são, na verdade, parte do aparato estatal estendido dos EUA e servem aos interesses de sua respectiva classe dominante. Essa falta de transparência significa que a identidade governamental desses grupos e o propósito de suas atividades em prol da política externa dos EUA são amplamente desconhecidos tanto pelo público americano quanto estrangeiro, e podem não ser reconhecidos por outros ramos do governo, por seus próprios funcionários e pelos governos e público nos países em que atuam. No entanto, como afirma Robinson, a liderança desses grupos, que atua em alto nível e no terreno, reconhece plenamente seu papel como instrumentos da política externa dos EUA (ROBINSON, 1996).

Em termos de financiamento, nos primeiros anos de sua atuação, o NED absorveu entre US\$ 15 milhões a US\$ 39 milhões, contudo, nos últimos anos observou-se um aumento exponencial do montante de dinheiro recebido, canalizando só em 2020 um total de US\$ 300 milhões (BRUM, 2022). Além de recursos públicos, o NED conta com recursos advindos do

setor privado de empresas como Facebook, Microsoft, Google, Coca-Cola e Goldman Sachs, dentre outras (VIDAL et al., 2021, p. 152).

É através da transmissão de símbolos e significados ligados à cultura estadunidense que instituições como o NED auxiliam na formação de redes entre atores locais e internacionais - que tornam-se uma estrutura. Como já trazido anteriormente com base nas teorias desenvolvidas por Gramsci e Cox, no capítulo 1, a construção da hegemonia é realizada através da sociedade civil, e é nesse ponto que o NED possui um papel essencial para os EUA: disseminar valores e princípios a partir do financiamento de projetos que estejam em consonância com esse mesmo objetivo (DIANI, 1998).

O NED leva em consideração a situação política dos países em que irá atuar para definir as estratégias utilizadas, que podem ser muitas. Podemos citar características como a diversidade cultural e econômica, além do grau de abertura democrática de cada país. Como afirma o próprio NED:

Nas democracias novas e em desenvolvimento, o NED centra o seu apoio em dois objetivos: fortalecer as instituições e procedimentos da democracia eleitoral para garantir eleições livres e justas; e encorajar a consolidação gradual da democracia liberal por meio de medidas que fortaleçam o estado de direito, protejam as liberdades individuais e fomentem o pluralismo social (NED, 2023).

No começo da criação do NED, foi estabelecida uma estratégia para que as quatro organizações parceiras (CIPE, ACILS, IRI e NDI) atuassem em áreas sociais específicas, enquanto o NED atuaria de forma ampla, com o objetivo de criar um acordo em favor de reformas políticas e econômicas que servissem aos interesses estratégicos dos Estados Unidos. O NED trabalha com uma gama de organizações, incluindo partidos políticos, organizações trabalhistas e empresariais, ONGs e *think tanks*. A complexidade e diversidade dos países em que atua dificulta a articulação dessas ações, mas é importante não subestimar seu alcance e potencial. Em casos específicos, o NED desenvolveu projetos e alianças diretas com organizações como o CIPE, que tem como foco organizar a agenda empresarial em países como o Peru, ou a ACILS, que apoia a organização de trabalhadores terceirizados no setor de mineração (MINELLA, 2009).

A América Latina foi foco das ações do NED nos primeiros anos após sua criação: 50% dos fundos arrecadados foram destinados a esta região. A partir de 1980, a Europa Ocidental e a União Soviética passaram a ser foco de suas práticas. No início de 1990, a atenção foi atraída para China e África e houve um aumento no orçamento destinado a essas

regiões. Entretanto, essas alterações de estratégia não significam que o NED deixou de lado as regiões iniciais onde ocorreram avanços: “Os avanços não significam que os objetivos de uma democracia plena foram alcançados, mas que pelo menos o obstáculo de um regime ditatorial foi removido” (NED, 1992, p. 13).

Um dos objetivos durante a criação do NED foi a substituição das ações da CIA na promoção da democracia em outros países e a consolidação de um quadro de relação internacional com a sociedade civil organizada - como ONGs e fundações. Isso ocorreu porque a CIA tinha um histórico de intervenções políticas na América Latina, e foi necessário a ocupação desse local por outro tipo de ator: as organizações não governamentais preencheram esse espaço através da promoção da democracia, que agora poderia ocorrer abertamente. Como afirma William Robinson, durante a década de 1970, muitas das operações da CIA tornaram-se públicas, colocando-a em descrédito. Investigações do Congresso revelaram o submundo sórdido da atividade secreta da CIA em casa e no exterior (1974-75) e oficiais de alto escalão desertaram e expuseram a história das ingerências da CIA, assim como jornalistas expuseram os detalhes desagradáveis das atividades dos EUA (ROBINSON, 1996).

O NED alia-se a ativistas pró-democracia em outros países para combater regimes antidemocráticos, e seu foco é promover a democracia e combater o comunismo, como afirma Barbosa (2020, p. 101): “Com o NED, o que antes eram ações secretas passaram a ser ações abertas e públicas por parte de uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, levando a bandeira da promoção da democracia e considerando o comunismo como algo a ser combatido”. Por fim, é possível observar que uma das principais estratégias da NED é usar sua experiência em rede para criar uma arquitetura institucional forte.

Robinson traz em seu estudo “Promoting Polyarchy: Globalization, US Intervention, and Hegemony” (1996) uma visão sobre o novo intervencionismo estadunidense, que, ao contrário do intervencionismo de boa parte do século XX, concentra-se muito mais intensamente na própria sociedade civil. O país utiliza-se da “promoção da democracia” para conquistar a sociedade civil nos países intervencionados, ou seja, para o autor, o complexo das organizações privadas. Com a mudança de formas coercitivas para consensuais de controle social, a importância da ideologia na manutenção da ordem social aumenta dramaticamente. A ideologia, e mais especificamente a hegemonia ideológica se constitui como a cola que sustenta o controle social sob arranjos consensuais. Além disso, os EUA

utilizam-se de grupos específicos em outros países para promover a democracia e o livre comércio, e é muitas vezes através do NED e de suas instituições vinculadas que essa conexão com a sociedade acontece (ROBINSON, 1996).

A criação do NED é objeto de debate, visto que a organização é uma forma de interferência nos assuntos internos de outros países, que pode ser usado como uma ferramenta de intervenção política, buscando promover interesses e agendas específicas do governo estadunidense, mas também das elites e das grandes corporações norte-americanas, como afirma Barbosa: “Há o envolvimento das elites transnacionais, que participam influenciando na formulação da política externa através de comissões e conselhos. Muitas dessas elites, por sua vez, possuem fundações e organizações que atuam na mesma direção” (BARBOSA, 2020, p. 67776). Robinson (1996) também reforça esse argumento ao partir do pressuposto que a “democracia” e a “democratização” dos EUA nada têm a ver com a satisfação das aspirações autênticas das maiorias reprimidas e marginalizadas por uma participação política e por uma justiça socioeconômica. Seu objetivo nada mais é que a defesa dos privilégios das elites em um sistema mundial altamente estratificado.

3.2 Center for International Private Enterprise (CIPE)

O Center for International Private Enterprise (CIPE), objeto de análise dessa pesquisa, é um dos quatro institutos principais do National Endowment for Democracy e afiliado à Câmara de Comércio dos Estados Unidos (U.S Chamber of Commerce). Fundado pelo presidente Ronald Reagan em 1983, com “a missão de apoiar as liberdades econômicas por meio do envolvimento do setor privado” (CIPE, 2023), é uma entidade empresarial à qual se vinculam mais de uma centena de associações empresariais no mundo. Seguindo a mesma lógica que a organização guarda-chuva estudada no tópico anterior - o NED, os fundos do CIPE provêm principalmente do governo dos Estados Unidos, através da USAID e do Departamento de Estado, e também do próprio NED, que faz os devidos repasses às suas entidades parceiras (MINELLA, 2012).

Dentro da estratégia operacional do NED, cabe ao CIPE direcionar a sua atuação para o universo empresarial, diferentemente das outras três instituições vinculadas, principalmente focado na implementação de políticas públicas orientadas pelos interesses do mercado. O CIPE fornece um espaço para a construção de alianças entre grupos dirigentes da sociedade civil, incentivando-os a participarem dos processos políticos, seja na proposição de reformas legislativas ou através de mecanismos que visam influenciar a opinião pública. De acordo

com informações do site do CIPE, sua rede de parceiros envolve sobretudo “câmaras de comércio e associações empresariais, bem como *think tanks* e jornalistas” (CIPE, 2023).

Em termos de foco inicial, o CIPE concentrou sua atuação na América Latina, por dois motivos principais: O primeiro deles relacionado ao próprio contexto de redemocratização e maior abertura do espaço político para reformas, e em segundo lugar a presença de um número acentuado de câmaras de comércio na região, sobretudo a Câmara Americana de Comércio (CASIMIRO, 2016). Assim,

No desenvolvimento dos programas conjuntos, essas organizações locais entram com recursos obtidos de outras fontes. A filiação do CIPE à Câmara de Comércio dos Estados Unidos facilitou a entrada na região pois a maioria dos países latino-americanos conta com uma Câmara Americana de Comércio (GEURTS et al., 2001, p. 64).

Inicialmente, o primeiro trabalho do CIPE se deu em parceria com o Instituto Libertad y Democracia do Peru (ILD), presidido por Hernando de Soto, economista com atuação no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e conselheiro do ex-presidente Alberto Fujimori (1990-2000), com foco em “criar uma agenda de reforma econômica e uma campanha de defesa” (CIPE, 2023)³. Nas palavras do próprio Hernando de Soto, “o CIPE e o NED estão conosco há 20 anos e seu apoio contínuo hoje nos permite compartilhar nossos sucessos com outros países em transição” (CIPE, 2008).

Originado a partir de uma política de intervenção imperialista - que agora busca não mais tornar o Estado como ator principal dessas intervenções -, o CIPE define seus objetivos da seguinte forma: auxiliar a promover reformas econômicas orientadas para o mercado; sustentar organizações empresariais privadas; aumentar e fortalecer a cultura do setor empresarial; auxiliar a desenvolver mecanismos que promovam o crescimento do desenvolvimento do setor privado nacional e internacional para fortalecer os princípios da liberdade de mercado e a empresa privada em todo o mundo (CIPE, 2023). Segundo a própria organização, o capitalismo de livre mercado resultou nos maiores ganhos econômicos da história da humanidade, mas ainda existem lacunas nesse processo. O CIPE busca preencher essas lacunas através da construção de instituições democráticas fortes, visando a criação de um ambiente propício para o crescimento do empreendedorismo (CIPE, 2023).

³ Além disso, Hernando de Soto é sobrinho do ex Vice-Presidente e senador peruano Mario Polar Ugarteche e primo distante do escritor e presidente da Fundación Internacional para la Libertad (FIL) Mario Vargas Llosa.

Com base no estudo de Barbosa (2020, p. 116-117), iremos destacar quatro das várias áreas de especialização do CIPE. A primeira é a governança democrática, que busca fortalecer instituições, aumentar a participação pública, reformar agências governamentais e fortalecer os sistemas judiciais. A segunda área é o acesso à informação, com foco na transparência governamental, defesa dos reformadores e disseminação dos princípios democráticos orientados para o mercado. A terceira área é o combate à corrupção, envolvendo reformas legais, estabelecimento de padrões para agências governamentais e aprimoramento dos mecanismos de governança, alinhados com o Estado de Direito e normas culturais. Por fim, temos o desenvolvimento de associações empresariais, que promovem a liberdade de associação e participação de organizações do setor privado, oferecendo cursos de gestão, apoio em estratégias de defesa de interesses, governança organizacional e suporte para serviços voltados ao mercado, entre outras iniciativas (BARBOSA, 2020).

Como destacado anteriormente, o CIPE é um instituto afiliado à Câmara de Comércio dos Estados Unidos (USCC), o maior grupo de pressão política nos EUA, que representa milhões de empresas de todos os tamanhos. A USCC foi fundada em 1912 para contrabalançar organizações de trabalhadores e adotou uma postura mais intransigente em defesa do livre mercado. A USCC teve membros na Associação para um Futuro em Comum (APF) e, por meio do CIPE, garantiu participação no "projeto democracia" do NED. (KOPITTKKE, 2015). A penetração do CIPE na América Latina foi viabilizada por essa parceria com a USCC, já que a maioria dos países latino-americanos tem uma Câmara de Comércio americana. Inicialmente, o CIPE concentrou seus programas em países que apoiavam empresas privadas e democracia, mas depois expandiu para países com pouco comprometimento governamental com o capitalismo e a democracia, pelo menos na visão sustentada pelo CIPE. Durante os anos 1980, a maior parte dos recursos do CIPE foi destinada à América Latina e ao Caribe, quando ocorreram mudanças importantes na região com a adoção de um sistema econômico de mercado e formas democráticas de governo em quase todos os países (BOHN, 2001, p. 14 apud MINELLA, 2009. p.18).

Elucidando o papel do CIPE durante a ditadura chilena, para ilustrar uma das muitas ingerências da organização na política externa de outros países, o papel do NRI (National Republican Institute) e do CIPE neste contexto era de convencer setores do universo empresarial a apoiar a transição para a poliarquia e abandonar o apoio à ditadura de Augusto Pinochet. O NRI trabalhou com partidos políticos conservadores e moderados, com o objetivo de fortalecer esses partidos e mobilizar o empresariado para a democratização. O CIPE, por

outro lado, foi incumbido de programas para envolver a comunidade empresarial pró-Pinochet na democratização. Eles conduziam seminários sobre privatização e cursos de economia de livre mercado com o objetivo de fortalecer o papel do setor privado na mudança democrática (ROBINSON, 1996).

Os empenhos do NRI e do CIPE tiveram grande sucesso, com seções significantes da comunidade empresarial e da direita política apoiando a restauração da poliarquia. Como afirma Robinson (1996): “embora não tenham se juntado a uma oposição unitária, grande parte da comunidade empresarial e da direita política acabou apoiando a restauração da poliarquia e da ordem política pós-Pinochet em construção” (ROBINSON, 1996, p. 181).

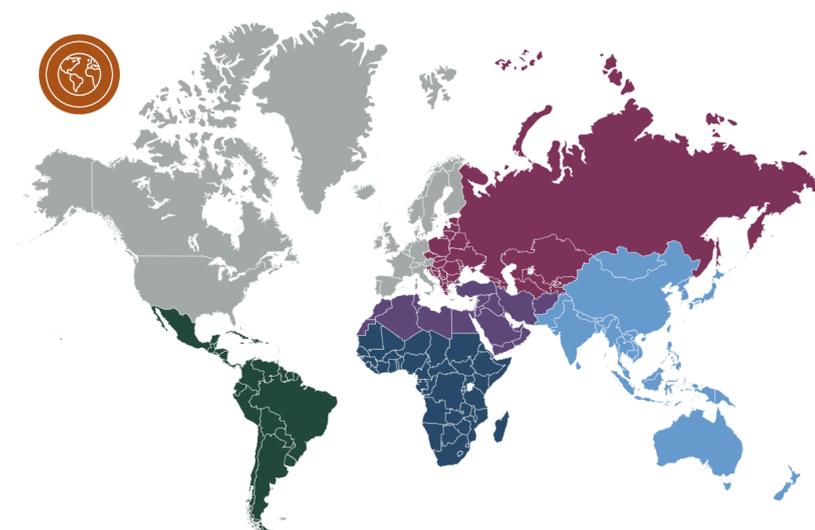
Essa estratégia buscou construir um consenso entre as elites em torno do neoliberalismo e da poliarquia, reunindo políticos, líderes empresariais e líderes cívicos em um núcleo transnacional. O objetivo, segundo Robinson, era promover uma agenda econômica neoliberal por meio de um sistema político poliárquico, em contraste com o regime militar autoritário de Pinochet (ROBINSON, 1996). Essa abordagem visava alcançar o controle social hegemônico e evitar conflitos. Em resumo, NRI e CIPE desempenharam um papel fundamental na mobilização da comunidade empresarial e na formação de uma coalizão de partidos políticos conservadores e moderados durante a ditadura chilena para promover a transição para o neoliberalismo (ROBINSON, 1996).

No que diz respeito ao financiamento de organizações, o CIPE tem financiado mais de 1000 organizações e iniciativas locais em mais de 100 países, na África, Ásia, Europa, Eurásia, Oriente Médio e América Latina, além de conduzir programas de treinamento em administração de associações empresariais em várias regiões do mundo (CIPE, 2023). Após a queda do Muro de Berlim, o CIPE começou a atuar na Europa Central e Oriental, e posteriormente estabeleceu programas na Rússia, Ucrânia, China e Vietnã (BOHN, 2001 apud MINELLA, 2009. p. 20).

Durante o período de 1984 a 1999, o CIPE financiou 109 projetos em 19 países da América Latina e do Caribe, por meio de 50 organizações. Os recursos investidos totalizaram US\$ 9.375.047. Em 2010, a organização expandiu sua atuação para 51 países, apoiando 165 projetos e colaborando com 122 parceiros. No ano seguinte, o CIPE enfrentou o desafio de fortalecer o envolvimento do setor privado no processo democrático e melhorar a qualidade do debate político em países como Argentina, Guatemala, Nicarágua e Peru. (CIPE Annual

Report, 2010. p.23) De acordo com o site da instituição, hoje o CIPE está atualmente realizando mais de 130 projetos em mais de 50 países (figura 4).

Figura 4 - Áreas de atuação do CIPE atualmente



Fonte: CIPE, 2023

O CIPE tem como objetivo fortalecer a democracia global por meio de ONGs e reformas de mercado. Empresários e suas organizações desempenham um papel fundamental na formulação de políticas públicas em todos os países, e os programas e projetos do CIPE são especificamente projetados para apoiá-los, em parceria com grupos de especialistas para estudar as realidades locais e desenvolver políticas aplicáveis. Os programas incluem o desenvolvimento de associações comerciais, reforma legal e regulatória, governança democrática, empoderamento de mulheres e jovens, acesso à informação, combate à corrupção, governança corporativa, direitos de propriedade, setor informal, comércio e governança (MINELLA, 2021).

Em 2017, dois programas globais do CIPE se destacam no início do governo Trump. Um deles promove uma internet aberta e inclusiva, e o outro é um programa anticorrupção. O combate à corrupção já era uma prioridade do CIPE no plano estratégico para a América Latina entre 2008 e 2012. Para a organização liderada pela Câmara de Comércio dos Estados Unidos, a corrupção é uma ameaça à democracia e aos mercados. Lançado em 2017, o programa de “Mobilização Anticorrupção” visa apoiar ativistas, jornalistas e organizações da sociedade civil engajados na reforma em países onde as lideranças recentemente se comprometeram com a redução da corrupção (MINELLA, 2021; CIPE Annual Report, 2017).

Em 2018, o CIPE organizou internamente seus programas em três "centros de Excelência": Centro de Anticorrupção e Governança, Centro de Empoderamento Econômico das Mulheres e Trade Lab. Foi a partir do relatório publicado em 2018 "Channeling The Tide: Protecting Democracies Amid a Flood of Corrosive Capital" que a Organização alarma o mundo sobre uma tendência que ameaça a democracia e os princípios de livre mercado: formas de capital provenientes de nações autoritárias (Rússia e China, são as instituições mencionadas). Segundo o CIPE, essas formas de capital possuem um efeito corrosivo sobre as instituições democráticas e iniciativas privadas, como acordos de empréstimos e gastos que são realizados sem a participação dos cidadãos e sem transparência. O CIPE utiliza o conceito de "capital corrosivo" para gastos e financiamentos que carecem de transparência, e, para isso, propõe o trabalho com organizações locais para auxiliar nesse processo, fomentando o diálogo entre a sociedade civil e o governo (CIPE, 2018).

No capítulo em questão, foram abordadas as atividades do NED (National Endowment for Democracy) e do CIPE (Center for International Private Enterprise) na América Latina, visando criar um ambiente favorável para a implementação de políticas econômicas neoliberais. Essas organizações utilizam sua rede de institutos parceiros na região para exercer influência direta sobre a realidade política dos países latino-americanos. O CIPE, enquanto um instrumento de hegemonia privada, juntamente com seus institutos parceiros, recebe apoio financeiro de entidades privadas dos Estados Unidos, o que contribui para promover e internacionalizar a agenda neoliberal, enfraquecendo os governos que representam uma ameaça à hegemonia estadunidense. No próximo capítulo, serão aprofundadas as ações promovidas pelo CIPE, incluindo a proposição de legislações e reformas por meio de seu "Programa de Assessoria Legislativa" (MASHEK, 1993) e o estabelecimento da "Rede de Liberdade Econômica" (CIPE, 1997).

4 CENTER FOR INTERNATIONAL PRIVATE ENTERPRISE: AVANÇANDO REFORMAS E PROJETANDO SUA REDE NA AMÉRICA LATINA NA DÉCADA DE 1990

O apoio à democracia e à criação de economias de mercado por parte de instituições como a CIPE e o National Endowment for Democracy é crucial e relevante... Obrigado por tudo o que fizeram pela Argentina.

(Domingo Cavallo, ex-Ministro da Economia da Argentina, 1997)

No terceiro e último capítulo deste trabalho, o esforço consiste em analisar mais de perto o Center for International Private Enterprise, especialmente no que tange à sua atuação na América Latina na década de 1990. Para isso, no tópico 4.1 será examinado o seu perfil em termos de circuito financeiro e recursos destinados para a região, assim como o perfil do seu atual quadro diretivo. Já no tópico 4.2 temos como objetivo evidenciar os projetos financiados pelo CIPE na década de 1990, principalmente os relacionados ao Programa de Assessoria Legislativa para América Latina, com intuito de evidenciar a ingerência dos Estados Unidos através destas instituições não governamentais.

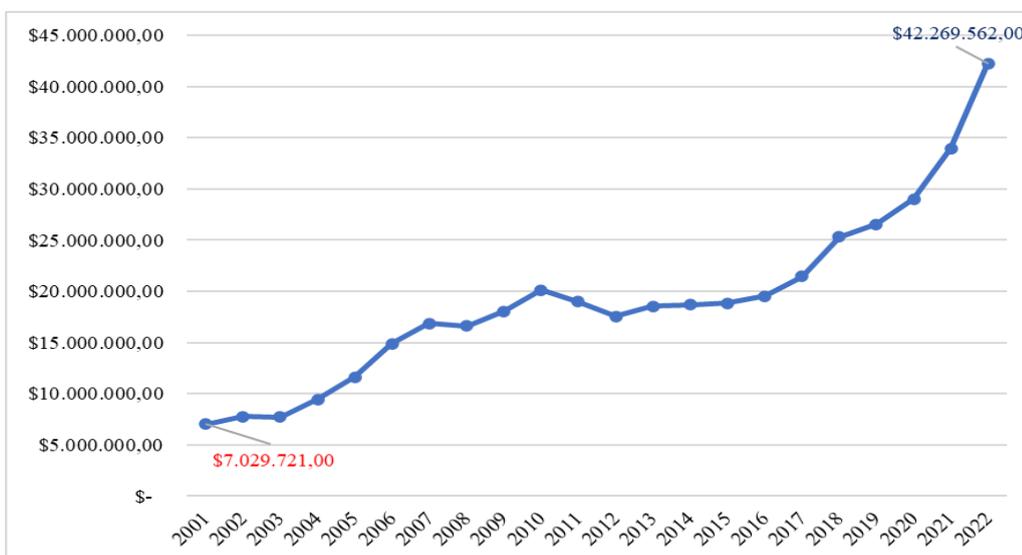
Os projetos no âmbito deste programa examinados aqui foram aqueles desenvolvidos pelos institutos APOYO, no Peru; Fundación Mediterránea e Instituto de Estudios sobre la Realidad Argentina y Latinoamericana (IEERAL), na Argentina; Instituto Latinoamericano de Doctrina y Estudios Sociales (ILADES), no Chile; e, por fim, o Instituto Liberal do Rio de Janeiro, no Brasil. Esses projetos reuniram diferentes grupos nesses países, como a classe empresarial, intelectuais e representantes da mídia que se dedicaram a disseminar o livre mercado por meio de várias estratégias incluindo a tradução e produção de materiais educacionais, a realização de eventos e de cursos de formação para públicos específicos e a formulação de propostas de políticas públicas encaminhadas para legisladores e formadores da opinião pública nacional.

Em termos de fontes, utilizou-se do relatório final do programa de assessoria legislativa, produzido por Robert W. Mashek (1993), consultor de desenvolvimento internacional, contratado pelo CIPE, e também da ferramenta WayBack Machine - um banco de dados que mostra versões anteriores já arquivadas de sites. A ferramenta serviu como apoio para acessar informações relativas à atuação do CIPE na AL nos anos 1990, sobretudo no que tange ao seu programa de assessoria legislativa e de outras iniciativas mencionadas no site, só possível através do uso dessa ferramenta.

4.1 Circuito financeiro e perfil diretivo do CIPE

Através de dados retirados dos seus formulários 990 (forms 990) - retorno de informações anuais que a maioria das organizações que reivindicam status de isenção de impostos federais devem arquivar anualmente -, e dos seus *annual reports*, elaborados pelo próprio CIPE, foi possível desenvolver alguns gráficos relacionados ao circuito financeiro da organização nos últimos 21 anos. No que diz respeito ao orçamento, o CIPE canalizou mais de US\$ 420 milhões de dólares nesse período, em uma crescente constante, especialmente entre os anos de 2021 e 2022, onde houve um aumento orçamentário de mais de US\$ 8 milhões (conforme figura 5). De forma geral, isso exemplifica o comprometimento dos Estados Unidos, mais especificamente de sua classe econômica dominante, em delegar suas estratégias de atuação para organizações não vinculadas pelo menos oficialmente ao governo, transferindo quantidades significativas de recursos para a promoção de consentimento em torno da promoção do livre mercado.

Figura 5 - Orçamento do CIPE (2001-2022)



Fonte: Elaboração própria com base nos formulários 990 (2001-2022)

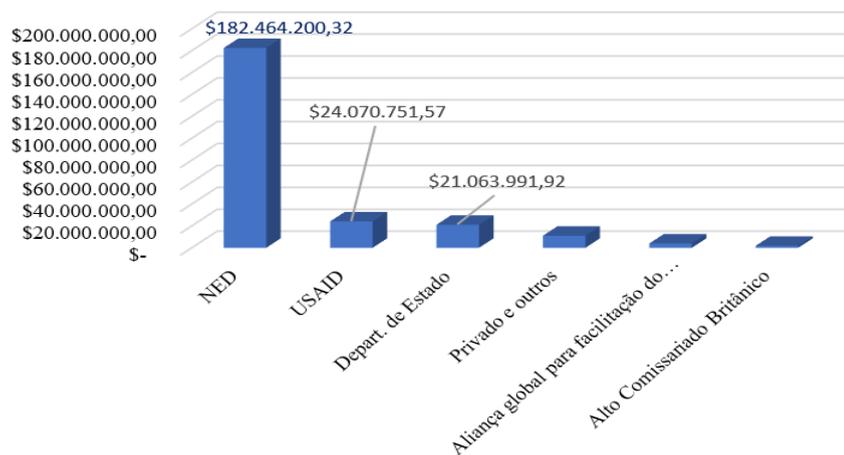
Quando observamos as fontes do financiamento do CIPE (conforme figuras 6 e 7), fica evidente que grande parte do orçamento dessa instituição é oriundo do NED (75%), organização no qual é filiado, sendo os outros 25% de recursos advindos da USAID, do Departamento de Estado, do setor privado e de outras fontes. Levando em consideração que o financiamento do NED vem, segundo Lowe (2008), principalmente do governo dos Estados

Unidos, podemos inferir, portanto, que mais de 75% do orçamento do CIPE também vem diretamente do Estado, visto que o repasse ocorre do Estado para o NED, e do NED para o CIPE. Como afirma Minella (2009, p. 16), “o NED recebe fundos específicos para apoiar iniciativas em “países com interesse especial”, como ocorreu com Polônia (Sindicato Solidarietà), Chile, Nicarágua, países do Leste Europeu, África do Sul, Mianmar (antiga Birmânia), China, Tibet [...]”, e é através do CIPE que o NED sustenta o pilar da promoção de reformas ancoradas no livre mercado ao redor do mundo.

Segundo Susan Epstein e Ian F. Fergusson (1999), os formuladores de políticas que se opõem aos subsídios do governo ao NED alegaram que, quando a organização foi estabelecida, a intenção era que o NED eventualmente dependesse de financiamento privado. Assim,

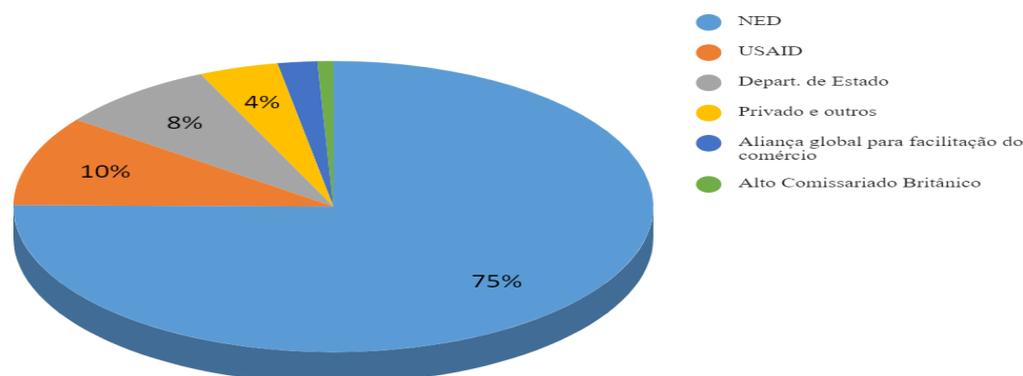
Alguns membros do Congresso perguntaram: se o NED obtém seus fundos do governo dos EUA, é monitorado por auditores do governo e deve coordenar suas atividades com o Departamento de Estado, então, de que forma ele é privado? Por outro lado, eles se perguntam: se o NED é considerado uma entidade privada, a maior parte de seu financiamento não deveria ser privada? (EPSTEIN, FERGUSSON, 1999, p. 6).

Figura 6 - Origem do dinheiro recebido pelo CIPE (2008-2020)



Fonte: Elaboração própria com base nos formulários 990 (2008-2022)

Figura 7 - Origem do dinheiro recebido pelo CIPE em porcentagem (2008-2020)



Fonte: Elaboração própria da autora com base nos *annual reports* (2008-2020)⁴

No que diz respeito aos fundos destinados pelo CIPE (figura 8), percebemos que a África tem sido o principal continente contemplado nos anos analisados e a América Latina configura em penúltimo, só perdendo para a América do Norte. Nesse caso, é importante se ater que, segundo Minella (2009, p. 18) “nos seus primeiros anos, a maior parte dos recursos do CIPE foi dirigida para a América Latina e o Caribe, no contexto das dramáticas mudanças que ocorreram nos anos 80”. Ou seja, por esse fato explica-se porque o continente se encontra no fim da lista de regiões financiadas pelo CIPE, visto que o período analisado se inicia em 2008. É importante relatar que, ao final dos anos 1980, Bohn, referindo-se a América Latina, afirma que “quase todos os países haviam avançado na adoção de formas democráticas de governo” (BOHN, 2001, p. 14).

Conforme afirmado por esse autor, inicialmente, o CIPE direcionou seus programas para países que mostraram um compromisso favorável ao desenvolvimento do setor privado e da ‘democracia’, entretanto, posteriormente evidenciou-se que a abordagem do CIPE poderia ser aplicada em países com governos desengajados em relação ao capitalismo e à ‘democracia’, desde que houvessem organizações que pudessem auxiliar na construção e na manutenção dos projetos - como aquelas que serão abordadas no tópico 3.2 e que fizeram parte do Programa de Assessoria para América Latina promovida pelo CIPE. Quando olhamos para as outras regiões do mundo contempladas pelo CIPE, Minella afirma como deu-se o início desses programas:

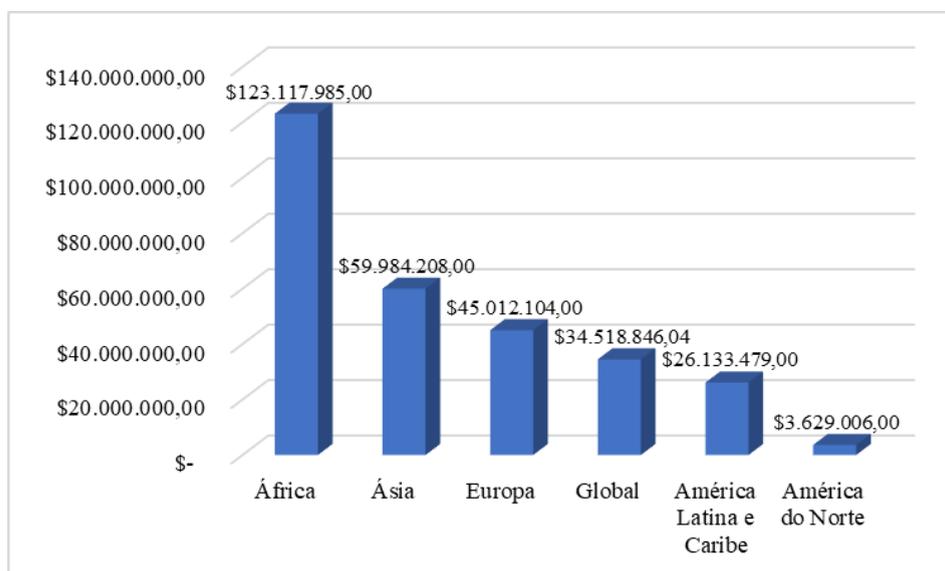
No final dos anos 80 o CIPE ampliou suas operações, incluindo programas na África e na Ásia. Após a Queda do Muro de Berlim (1989) e as primeiras

⁴ Com exceção do *annual report* de 2019, visto que não foi possível encontrar esse relatório.

eleições parcialmente livres na Polônia e na Hungria, o Center passou a atuar na Europa Central e do Leste e, a partir de 1991, na Rússia e na Ucrânia. Em meados dos anos 90, havia estabelecido programas na China e no Vietnã. (MINELLA, 2009, p. 19).

A partir dos formulários 990 referentes aos anos de 2021 e 2022, é possível perceber que a América Latina teve um aumento considerável em seu financiamento promovido pelo CIPE, visto que em 2021 cerca de 9% do orçamento foi destinado à América Latina, e em 2022 esse número sobe para 17%. Isso pode significar uma nova mudança na operação da organização, voltando seus esforços para a região novamente.

Figura 8 - Fundos destinados pelo CIPE por região (2008-2022)



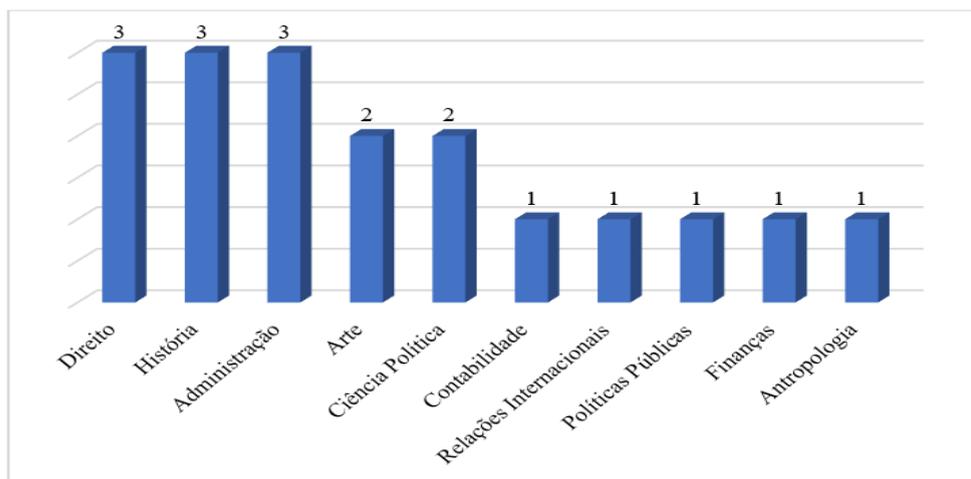
Fonte: Elaboração própria com base nos formulários 990 (2008-2022)

Para além do perfil financeiro do CIPE, optou-se nessa pesquisa por analisar o perfil do seu corpo diretivo atual (2023), de modo a promover uma radiografia acerca da trajetória e posição social ocupada por seus membros. Para isso, utilizou-se das biografias disponíveis no próprio site do CIPE e, quando necessário, acessamos o LinkedIn dos membros para obter informações adicionais. Ao criar os gráficos relacionados ao perfil da diretoria, atribuímos pontuações a cada categoria com base na frequência com que ela apareceu. Por exemplo, um membro pode ter duas formações acadêmicas, várias experiências profissionais e representar mais de um setor.

No conselho diretivo do CIPE, são 16 membros: 6 mulheres e 10 homens. No que tange à sua formação acadêmica (figura 9), podemos observar que as formações em Direito,

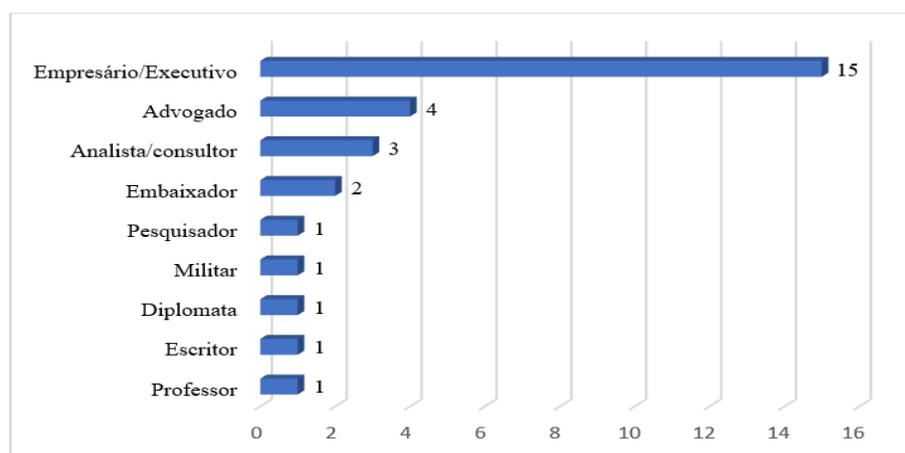
História e Administração são as categorias mais pontuadas. Ao analisar o perfil de atuação profissional de seus membros na figura 10, verificou-se que, além de sua maioria de membros serem homens, o CIPE é composto principalmente por empresários/executivos e advogados/juristas.

Figura 9 – Formação acadêmica



Fonte: Elaboração própria com base em (CIPE, 2023)

Figura 10 – Atuação profissional

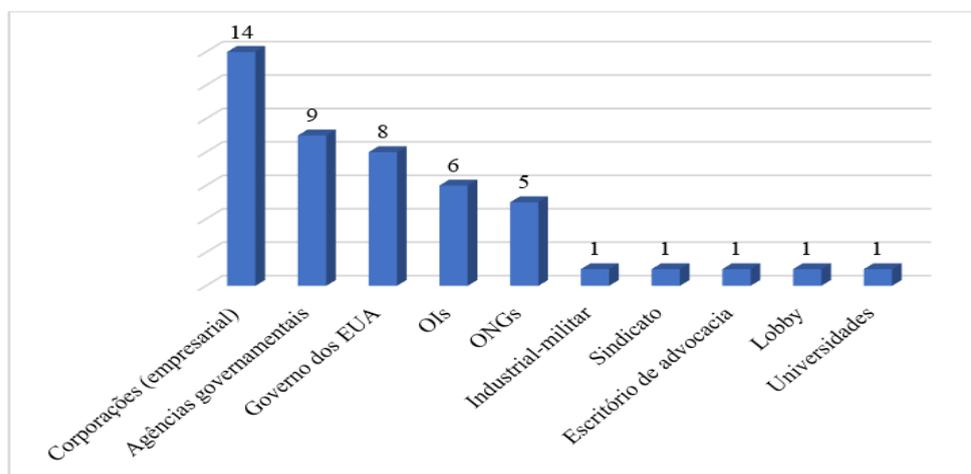


Fonte: Elaboração própria com base em (CIPE, 2023)

Em termos de setores representados (figura 11), os mais pontuados foram aqueles indivíduos que atuam ou já atuaram em corporações, sendo seguido daqueles com atuação em agências governamentais, Governo dos EUA e organizações internacionais (OIs). É interessante avaliarmos que, por mais que o CIPE formalmente não se coloque diretamente vinculado ao governo dos Estados Unidos, seus principais representantes - ou seja, a classe

diretiva - está diretamente vinculada ao setor. Nesse sentido, apenas um membro não possui nenhum vínculo com o empresariado.

Figura 11 – Setores representados



Fonte: Elaboração própria da autora com base em (CIPE, 2023)

É muito importante que levemos em consideração as áreas de atuação e os setores representados por esses membros visto que, entendendo os objetivos do CIPE de ‘fortalecer as democracias’ ao redor do mundo, é muito significativo que discutamos também os alcances e limites dessa dita ‘democracia’. As organizações financiadas pelo CIPE abordam um contexto em que a redução do papel do Estado é bem-vista. Entretanto, essa visão torna-se pouco coerente quando olhamos para os dados apresentados em que não só o financiamento do CIPE vem majoritariamente do governo dos Estados Unidos, como o perfil diretivo é, em sua maioria, composto por pessoas que representam e/ou representaram órgãos governamentais.

A diminuição do papel do Estado impõe restrições à participação popular em processos decisórios e debates, ao mesmo tempo em que promove uma perspectiva individualista do mundo na qual cada indivíduo é responsável por sua própria sorte e não deve esperar benefícios do Estado. Esse discurso enfatiza o indivíduo como único responsável por seu sucesso ou fracasso, ignorando as desigualdades sociais e enfraquecendo os laços de solidariedade entre classes e grupos.

A participação do CIPE e de outras organizações liberais nos processos de influência não se baseia apenas em aspectos quantitativos. Eles são atores que agem de forma pragmática, desenvolvendo estratégias específicas para alcançar seus objetivos no estabelecimento de consensos transnacionais. Como mencionado já preconizado por leituras

gramscianas e neogramscianas, a classe dominante atua para manutenção de seus privilégios não só pela coerção, mas também pelo convencimento.

4.2 CIPE: Projetando sua rede na América Latina

O programa de Assessoria Legislativa teve sua origem com Carlos Despradel, durante os anos 1980. De acordo com Mashek, Despradel, ao concluir seu mandato como embaixador da República Dominicana nos EUA, em 1985, Despradel ficou impressionado com os recursos disponíveis pelo Congresso dos Estados Unidos e profundamente preocupado com a falta de recursos do Congresso dominicano para realizar seu trabalho, especialmente em questões complexas como a política econômica nacional. Ele estabeleceu o Centro de Orientación Económica (COE) na República Dominicana que desenvolveu o primeiro serviço de assessoria legislativa no ano de 1985. Ao longo do tempo, a ideia foi amplamente difundida por funcionários e publicações do CIPE, resultando no surgimento de projetos semelhantes em outros países da América Latina, Ásia e Europa Central (MASHEK, 1993).

Com o apoio do CIPE entre 1986 e 1990, o COE realizou um programa ativo de pesquisa contínua, analisando legislações importantes e identificando lacunas na legislação vigente. Seus relatórios foram amplamente divulgados na imprensa e o COE também promoveu um programa de televisão semanal de uma hora chamado 'Orientación Económica', que se tornou muito popular em todo o país (MASHEK, 1993). Após o término do financiamento da CIPE, o COE teve que reduzir seu programa para analisar apenas duas ou três das legislações econômicas mais importantes do ano, geralmente incluindo o orçamento anual do governo. Robert W. Mashek (1993, p. 81), vê o programa como sendo sólido e possuindo uma ótima reputação nacional, inclusive afirma que “programas em outros países poderiam aprender mais com o COE, especialmente em termos de educar o público e provocar o debate de questões econômicas na imprensa e na televisão”.

Nessa seara, o "Programa de Assessoria Legislativa para América Latina" foi uma iniciativa promovida pelo CIPE com o objetivo de fornecer ajuda e assistência técnica a legisladores e líderes políticos na região latino-americana, que teve início em 1986. Como afirma Robert W. Mashek, responsável pela elaboração do relatório final do programa de assessoria legislativa que iremos utilizar como base nessa pesquisa, “o núcleo da ideia do projeto é uma combinação de dois objetivos principais: fortalecer a legislatura nacional e

promover a livre iniciativa privada; e um recurso: análise econômica de projetos de lei no Congresso” (MASHEK, 1993, p. 14).

O programa buscava promover reformas econômicas ancoradas na defesa do livre mercado, provendo, para isso, orientação especializada, além de recursos e treinamento para ajudar os legisladores a desenvolver propostas de leis e de reformas que promovessem a liberalização econômica, a proteção dos direitos de propriedade, a transparência e a governança responsável. Em linhas gerais, o programa visava influenciar a agenda legislativa e promover políticas econômicas favoráveis ao livre mercado e ao setor privado tendo como objetivo a criação de uma rede de legisladores e de líderes políticos alinhados com os princípios do liberalismo econômico e próximos dos anseios de uma classe empresarial a fim de impulsionar a implementação de reformas neoliberais na América Latina (MASHEK, 1993). Assim, de acordo com Mashek:

A ideia e as operações do projeto unem dois objetivos, que raramente foram conceituados como complementares e aplicados dessa forma. São eles: 1) democratização econômica: promover políticas e práticas de livre iniciativa privada e uma economia de mercado, seguindo os exemplos de resultados positivos observados em repúblicas da Europa Ocidental, América do Norte e Ásia Oriental; e 2) democratização política: ampliar e fortalecer as bases de representação política (Ibidem, p. 14).

Durante o período de 1986 a 1994, os programas de assessoria legislativa implementados em países da América Latina receberam aproximadamente US\$ 4,3 milhões em recursos. Foram realizados 11 projetos em países da América Latina e um projeto mais amplo que levou em consideração a região da América Central (tabela 1). Esses recursos foram provenientes tanto do investimento direto do CIPE quanto de outras fontes de financiamento não especificadas no relatório (BRUM, 2022).

Tabela 1 - Organizações latino-americanas associadas ao programa de Assessoria Legislativa na América Latina (1986-1994)

Instituição	País	Valor do CIPE (US\$)	Outras fontes (US\$)	Período
Federación de Entidades Privadas de Centroamérica y Panamá	América Central	210 mil	95 mil	1991-1994
Instituto de Estudios sobre la Realidad Argentina y Latinoamericana / Fundación Mediterránea	Argentina	416.100 mil	578.200 mil	1988-1993
Confederación de Empresarios Privados de Bolivia	Bolívia	102.470 mil	_____	1992-1993

Instituto Liberal do Rio de Janeiro	Brasil	325.900 mil	_____	1990-1993
Instituto Latinoamericano de Doctrina y Estudios Sociales / Universidad Alberto Hurtado	Chile	229.200 mil	_____	1990-1992
Asociación Nacional de la Empresa Privada	El Salvador	240 mil	112.800 mil	1990-1993
Asociación Nacional de Empresarios	Equador	193.260 mil	107.850 mil	1990-1993
Consejo Superior de la Empresa Privada	Nicarágua	282.000 mil	46 mil	1990-1993
Fundación para la Cooperación y el Desarrollo	Paraguai	286.260 mil	357 mil	1990-1993
Instituto APOYO	Peru	150 mil	143 mil	1990-1992
Centro de Orientación Económica	República Dominicana	268 mil	_____	1986-1993
Centro de Estudios de la Realidad Económica y Social	Uruguai	163.500 mil	_____	1989-1993
TOTAL		2.866.690,00	1.439.850,00	De 1986 até 1994

Fonte: VIDAL, LOPEZ, BRUM (2023)

Robert W. Mashek, consultor de desenvolvimento internacional contratado pelo CIPE, foi responsável por entregar o relatório “Performance and prospects for legislative advisory programs in Latin America” (1993) acerca dos resultados e do desempenho do Projeto de Assessoria Legislativa para América Latina⁵. Ele inicia seu relatório afirmando que, para receber tais projetos, as nações deveriam possuir algumas características, sendo elas: 1) um congresso fraco e carente; 2) um grupo de empresários ávidos por mudanças sólidas na política econômica; 3) economistas profissionais que apreciam a livre iniciativa privada; 4) mídia de funcionamento livre; e 5) um chefe de Estado disposto a fortalecer um clima político favorável para uma reforma econômica (Ibidem, p.7).

O autor (MASHEK, 1993, p. 7) destaca os programas apresentados como um “sucesso sólido” e, para tal feito, alguns pontos foram essenciais incluindo o período para seu início, a sua personalização e a possibilidade de adaptação ao longo da jornada. Para ele, o “tempo foi excelente” (1993, p.7), visto que todos os elementos estavam disponíveis para instauração da república constitucional e à adoção de políticas de economia de mercado nos países em que o Projeto foi instaurado. Além disso, os projetos eram únicos para cada país: “a singularidade

⁵Mashek foi executivo da Inter-American Foundation (IAF), serviu no Foreign Service por oito anos e trabalhou na Secretaria do Orçamento dos EUA por três anos. Na IAF, começou como coordenador para o Brasil e passou a chefiar departamentos para o Caribe e posteriormente para a América do Sul. Após se aposentar em 1988, foi consultor de desenvolvimento internacional para organizações privadas e governamentais. (BROWN, 2011)

das assessorias reside no fato de serem: regulares em sua produção; previsíveis em seu foco em questões econômicas; e disponível simultaneamente a todos os congressistas, bem como a outros líderes, públicos e privados” (1993, p. 8). Por fim, os projetos foram facilmente adaptáveis, visto que, cada administração de projeto faz seus próprios ajustes e combinações de atividades de acordo com as circunstâncias locais. (MASHEK, 1993)

Para Mashek, o desempenho dos projetos pode ser classificado como transitável, forte, excelente e destaque, conforme pode ser visto na tabela 2. No Equador e na Nicarágua, o desempenho é considerado ‘transitável’. No primeiro, por conta da limitação do programa que foi executado por poucos funcionários e limitado a emissão de apenas 13 relatórios. No segundo, o autor afirma que o conflito político da época dificultou as operações do projeto. No Brasil, na América Central e no Chile, o desempenho foi considerado ‘forte’: os programas nesses países tiveram um impacto significativo na melhoria da legislação das principais políticas econômicas, promovendo a ordem das finanças nacionais, a redução do tamanho do Estado e a abertura da economia para o setor privado, “esses programas fazem um trabalho de primeira linha com influência impressionante em ambientes grandes e complexos” (Ibidem, p. 10).

Quando o autor se refere ao desempenho dos projetos na Bolívia, El Salvador, Paraguai, Peru e Uruguai, ele os caracteriza como "excelente", visto que “cada um é um recurso importante para seu congresso e teve uma influência definitiva na reforma econômica de seu país” (Ibidem, p. 10). No caso da Argentina e da República Dominicana, ambos projetos foram considerados “destaque”, os quais influenciaram tanto o público quanto as lideranças políticas. Esses projetos foram reconhecidos nacionalmente e receberam cobertura significativa na mídia, desempenhando um papel fundamental na reestruturação econômica de seus respectivos países.

Além do desempenho dos projetos, cabe evidenciar o efeito que esses provocaram nas reformas econômicas de seus países. De acordo com o relatório, eles ‘melhoraram’ a legislação sobre as principais políticas econômicas que ordenavam as finanças nacionais, reduzindo o tamanho do Estado e abrindo a economia para a livre iniciativa privada. Entretanto, cada um dos países recebeu essas reformas de uma maneira distinta.

Tabela 2 - Desempenho dos projetos associados ao Programa de Assessoria para América Latina e o efeito desses projetos sobre as reformas econômicas em seus países

Projeto	País	Desempenho	Efeito sobre as Reformas Econômicas
Federación de Entidades Privadas de Centroamérica y Panamá	América Central	Forte	A federação empresarial regional está ajudando a orientar e acelerar esse processo
Instituto de Estudios sobre la Realidad Argentina y Latinoamericana / Fundación Mediterránea	Argentina	Destaque	Não apenas impulsionaram e informaram o processo, mas também ajudaram a iniciá-lo, expondo problemas e propondo políticas alternativas específicas para as circunstâncias nacionais.
Confederación de Empresarios Privados de Bolivia	Bolívia	Excelente	Desempenharam um papel vital em garantir que as políticas fossem completas e corretas.
Instituto Liberal do Rio de Janeiro	Brasil	Forte	Os programas enfrentam lutas árduas de longo prazo para evitar medidas regressivas, promover mudanças incrementais em áreas específicas e tentar manter viva e em andamento uma agenda nacional de reforma econômica
Instituto Latinoamericano de Doctrina y Estudios Sociales / Universidad Alberto Hurtado	Chile	Forte	Evitou retrocessos ao tornar sua análise imparcial e acadêmica credível para todas as diretrizes políticas
Asociación Nacional de la Empresa Privada	El Salvador	Excelente	Desempenharam um papel vital em garantir que as políticas fossem completas e corretas.
Asociación Nacional de Empresarios	Equador	Transitável	Os programas enfrentam lutas árduas de longo prazo para evitar medidas regressivas, promover mudanças incrementais em áreas específicas e tentar manter viva e em andamento uma agenda nacional de reforma econômica
Consejo Superior de la Empresa Privada	Nicarágua	Transitável	Os programas enfrentam lutas árduas de longo prazo para evitar medidas regressivas, promover mudanças incrementais em áreas específicas e tentar manter viva e em andamento uma agenda nacional de reforma econômica
Fundación para la Cooperación y el Desarrollo	Paraguai	Excelente	Desempenharam um papel vital em garantir que as políticas fossem completas e corretas.
Instituto APOYO	Peru	Excelente	Desempenharam um papel vital em garantir que as políticas fossem completas e corretas.
Centro de Orientación Económica	República Dominicana	Destaque	Não apenas impulsionaram e informaram o processo, mas também ajudaram a iniciá-lo, expondo problemas e propondo políticas

			alternativas específicas para as circunstâncias nacionais.
Centro de Estudios de la Realidad Económica y Social	Uruguai	Excelente	Não apenas impulsionaram e informaram o processo, mas também ajudaram a iniciá-lo, expondo problemas e propondo políticas alternativas específicas para as circunstâncias nacionais.

Fonte: Elaboração própria com base em Mashek (1993)

Como figuras centrais da execução de tais projetos, temos a comunidade empresarial, o poder executivo e o poder legislativo, além da imprensa e mídia. A participação da comunidade empresarial foi fundamental para viabilizar esses projetos de assessoria legislativa. Segundo o autor, empresários e pesquisadores desempenharam um papel importante na criação de institutos de pesquisa econômica, financiados por eles mesmos, para analisar a situação econômica e propor políticas alternativas. Esses empresários mostraram um “compromisso cívico, intelectual e financeiro” (Ibidem, p. 17) em contribuir para a formulação de políticas públicas que compreendiam interesses mais amplos.

De acordo com Mashek, ao longo dos anos, eles se envolveram cada vez mais no desenvolvimento econômico, social e cívico de seus países, liderando a criação de fundações de desenvolvimento: Como afirma o autor:

No âmbito da assessoria legislativa, empresários chegaram a criar e financiar, no início da década de 1980, entidades de pesquisa econômica para analisar a situação econômica nacional e propor políticas alternativas àquelas que estavam resultando em estagnação e, por vezes, em catástrofe total. Tal foi a origem dos institutos na Argentina, Brasil, Uruguai, Peru e, em certa medida, no Chile. (MASHEK, p. 17, 1993)

Além disso, a colaboração entre os empresários e os legisladores ocorreu em momentos estratégicos, quando questões específicas estavam sendo debatidas e transformadas em lei. Algumas organizações empresariais já existiam há décadas, e muitas delas estavam focadas apenas em seus próprios interesses, como afirma o autor, mesmo atuando como uma extensão do governo. No entanto, ao longo do tempo, essas organizações empresariais evoluíram e adotaram uma postura mais independente e responsável, contribuindo com expertise e recursos para o desenvolvimento de políticas mais eficientes e atualizadas (MASHEK, 1993). Ainda, destaca-se no Relatório que,

Entre os propulsores originais também estavam economistas, que tiveram um papel ativo em convencer os empresários a criar um instituto de pesquisa. Via de regra, tinham experiência morando e estudando nos Estados Unidos ou na Europa. Esses economistas tornaram-se influências orientadoras em pesquisas aplicadas a circunstâncias reais, e hoje vários deles são autoridades

de destaque na experiência econômica recente de seus respectivos países (Ibidem, p. 17).

Ainda de acordo com o Relatório do Programa de Assessoria desenvolvido por Mashek, no caso das conexões com o poder executivo, os projetos de assessoria legislativa não apresentam uma abordagem consistente em lidar com essa frente, apesar da sua influência na legislatura. O contato com os principais ministérios do governo variou entre os programas e não houve uma estratégia clara para lidar com as agências executivas além de atender às solicitações. A reconciliação entre a proeminência executiva na formulação de políticas e sua posição subordinada nas operações dos projetos é complexa: o contato variou de acordo com o país, podendo ser limitado a processos de revisão legislativa ou envolver consultas a organizações privadas. Os presidentes foram os principais impulsionadores da reestruturação econômica em muitos casos e geralmente propõe a legislação econômica, e os congressos nacionais nem sempre desempenharam um papel significativo (Ibidem, 1993).

De acordo com Mashek (1993), o Congresso foi considerado “humilde” (1993, p.20) em comparação com o Executivo e as Forças Armadas. Nos países em que os projetos foram implementados, sobretudo na América Latina, muitos legisladores são “despreparados civicamente” (1993, p. 19) e têm “pouco conhecimento das responsabilidades constitucionais” (1993, p. 19). Além disso, não são eleitos por um eleitorado específico, mas em chapas partidárias nacionais, o que dificulta a prestação de contas (Ibidem). O funcionamento do Congresso é “subdesenvolvido e fragmentado” (1993, p.19), com práticas de procedimento parlamentar deficientes, com o poder executivo possuindo ampla autoridade em relação ao legislativo e exercendo controle sobre o orçamento do Congresso.

Na tabela 3, evidencia-se o grau de relacionamento que cada um dos projetos teve com o Congresso em seus países. Como grau “alto”, Mashek define os projetos que tiveram um papel de comunicação forte, com um canal aberto, porém relativamente não estruturado, com o Congresso. Como exemplo, cita-se a Argentina na qual “o IEERAL atua como consultor contínuo para legisladores tanto em nível nacional quanto provincial, acontecem reuniões frequentes com a equipe de pesquisa para revisar relatórios” (Ibidem, p. 21). Além da Argentina, são incluídos a Bolívia, o Paraguai e o Peru. A Bolívia contava com reuniões regulares, com um grupo multipartidário, para selecionar tópicos a serem abordados e revisar análises realizadas. No Paraguai, o contato acontecia em tempo integral com o Congresso, além de reuniões frequentes para revisar a legislação e recomendar modificações. No Peru,

aconteciam reuniões especiais sobre tópicos prioritários, com um contato próximo com o Congresso.

Como grau “mediano”, entende-se aqueles projetos que tiveram uma comunicação mais estruturada, pontual e específica, como ocorrida no Brasil, América Central e Uruguai. No Brasil, o entendimento era de que o contato era flexível em tempo integral com o Congresso em Brasília, no entanto, sem contato entre os pesquisadores e os membros do Congresso. Na América Central a comunicação ocorria da interação em fóruns formais e regionais. Por fim, no Uruguai as discussões ocorriam em mesas-redondas, sobre tópicos chave, além dos contatos nos corredores do Congresso (Ibidem).

Como um grau “baixo” de relacionamento com o Congresso, temos a Nicarágua, El Salvador, a República Dominicana (desde o fim do financiamento do CIPE), o Chile e o Equador: “o contato pode ocorrer por iniciativa do Congresso e reuniões de trabalho em grupo não têm sido utilizadas” (Ibidem, p. 21). Ou seja, nesses países as trocas só acontecem entre os administradores dos projetos e o Congresso a partir de iniciativas do próprio Congresso - os primeiros não buscavam fortalecer essa comunicação por conta própria.

Tabela 3 - Grau de relacionamento com o Congresso que os projetos associados ao Programa de Assessoria para AL possuíam

Projeto	País	Grau de relacionamento com o Congresso
Federación de Entidades Privadas de Centroamérica y Panamá	América Central	Mediano
Instituto de Estudios sobre la Realidad Argentina y Latinoamericana / Fundación Mediterránea	Argentina	Alto
Confederación de Empresarios Privados de Bolivia	Bolivia	Alto
Instituto Liberal do Rio de Janeiro	Brasil	Mediano
Instituto Latinoamericano de Doctrina y Estudios Sociales / Universidad Alberto Hurtado	Chile	Baixo
Asociación Nacional de la Empresa Privada	El Salvador	Baixo
Asociación Nacional de Empresarios	Equador	Baixo
Consejo Superior de la Empresa Privada	Nicarágua	Baixo
Fundación para la Cooperación y el Desarrollo	Paraguai	Alto
Instituto APOYO	Peru	Alto

Centro de Orientación Económica	República Dominicana	Baixo
Centro de Estudios de la Realidad Económica y Social	Uruguai	Mediano

Fonte: elaboração própria com base em Mashek (1993)

Por fim, Mashek cita a responsabilidade da mídia para o funcionamento dos projetos que envolve a divulgação de mensagens através dos meios de comunicação como uma faceta essencial para influenciar a opinião pública. Para o autor, a maioria das organizações beneficiárias poderia melhorar no planejamento e execução de programas sistemáticos de informação pública, com maior atenção à televisão. Assim:

Alguns países, como Chile e República Dominicana, têm organizações de pesquisa que trabalham regularmente com a mídia, mas fazem pouca defesa junto ao congresso. Em diversos países, como Uruguai, Chile, Argentina, Bolívia e Peru, os relatórios são divulgados por meio de entrevistas coletivas de imprensa. O Brasil descobriu que fornecer informações aos repórteres antes da distribuição resulta em melhores reportagens econômicas. Na América Central e no Equador, há menos cobertura da imprensa sobre relatórios legislativos, mas as associações empresariais recebem cobertura regular de seus pontos de vista (Ibidem, p. 12).

Na Argentina, o projeto denominado de Programa de Assistência ao Legislativo (PAL) do IEERAL, que recebeu apoio da CIPE e da Fundación Mediterránea, foi apresentado como um caso de sucesso. Durante um período de cinco anos, a CIPE concedeu US\$ 416.100 ao Programa, enquanto a Fundación Mediterránea contribuiu com US\$ 578.200 (Ibidem). A Fundación Mediterránea foi criada por empresários em resposta ao governo militar considerado ‘estatista’ que governava o país, para promover alternativas de políticas econômicas. De acordo com o *website* da Fundação, “a Fundación Mediterránea é uma associação civil sem fins lucrativos criada na cidade de Córdoba, República Argentina, em 6 de julho de 1977, por iniciativa de 34 empresas da província de Córdoba” (FUNDACIÓN MEDITERRÁNEA, 2023).

Os objetivos elencados pela fundação são: a) promover pesquisas sobre problemas econômicos nacionais; b) contribuir para um melhor conhecimento e solução dos problemas econômicos da América Latina; c) criar um fórum apartidário onde se discutam os grandes problemas nacionais e latino-americanos; onde homens estudiosos contribuem com sua inteligência para projetar soluções econômicas com a única condição imposta pela adesão inalienável ao respeito pela liberdade e dignidade da pessoa humana (FUNDACIÓN MEDITERRÁNEA, 2023).

A Fundación Mediterránea e o IEERAL foram estabelecidos por empresários, na época contando com cerca de 350 membros. Esses membros contribuíam com aproximadamente 40% do orçamento do IEERAL, que era então deslocado por meio da Fundación Mediterránea. Um dos principais meios de comunicação e interação entre o IEERAL e os empresários é por meio de almoços regulares realizados às segundas-feiras em várias grandes cidades, onde são discutidos os programas de pesquisa e analisadas as opções de análise das propostas legislativas em andamento (MASHEK, 1993).

O IEERAL possuía uma equipe de 24 economistas em tempo integral, que geralmente eram responsáveis pela pesquisa e redação dos PALs. Além disso, contratavam especialistas em áreas específicas conforme o necessário. Estima-se que o IEERAL tenha colaborado com cerca de 70-80% dos principais economistas do país, o que representa cerca de 250 profissionais, tanto nos programas PAL quanto em outros projetos. Alguns desses economistas são convidados a participar de seminários de trabalho bianuais promovidos pelo IEERAL. Além disso, suas publicações são amplamente utilizadas por professores de Economia, sendo uma “valiosa contribuição” (p. 23, 1993) para suas bibliotecas e materiais de curso (Ibidem).

Os PALs da IEERAL eram a única publicação do gênero no país. A Fundación para la Investigación Económica de América Latina (FIEL) fazia pesquisas econômicas paralelas e ocasionalmente é solicitada a fornecer informações pelo Congresso e outros formuladores de políticas, mas não trata sistematicamente de questões no momento em que são submetidas à legislação nacional. No entanto, alguns partidos da oposição caracterizam o projeto como um apêndice do atual governo. Nestas circunstâncias, segundo Mashek, o projeto está tomando especial cuidado para ser o mais apartidário e objetivo possível (Ibidem).

Atualmente, acessando o *website* da Fundación Mediterránea, é possível observar que mais de 100 empresas privadas são consideradas “parceiras” da instituição. Além disso, a mesma traz como sua metodologia de trabalho “a interação permanente entre empresários e técnicos” (FUNDACIÓN MEDITERRÁNEA, 2023). Os investigadores, com o “rigor imposto pela sua formação acadêmica”, desenvolvem estudos em economia aplicada. (FUNDACIÓN MEDITERRÁNEA, 2023). Os empresários, por sua vez, agregam sua ‘experiência’ como “operadores da economia real” (FUNDACIÓN MEDITERRÁNEA, 2023). Ainda segundo o *website* da instituição, somente em seu corpo diretivo são 31 membros, entre titulares e suplentes.

Já no Chile, entre fevereiro de 1990 e maio de 1992, a CIPE forneceu US\$ 229.200 em apoio ao programa de orientação econômica do Instituto Latinoamericano de Doctrina y Estudios Sociales (ILADES) para o Congresso chileno (TASC - Trabajo de Asesoría Económica al Congreso Nacional). O financiamento do TASC pelo CIPE durou de 1990 a 1992, e desde então o programa continua com recursos locais, produzindo relatórios mensais (MASHEK, 1993).

O ILADES e seu projeto de assessoria possuem semelhanças com outros institutos da América Latina em termos de operações e objetivos, mas são diferentes em relação ao processo de reestruturação econômica e às necessidades de informação dos legisladores nacionais. Seu serviço legislativo se iniciou após a implementação substancial das reformas econômicas no Chile, o que lhe permitiu oferecer análises e conselhos imparciais sobre as propostas econômicas (Ibidem).

O TASC foi estabelecido no início dos anos 1990, coincidindo com a restauração do governo constitucional no Chile. Foi criado com o objetivo de fornecer análises econômicas imparciais e aconselhamento ao novo Congresso, que enfrentava pressão popular e poderia considerar a revisão das medidas econômicas implementadas pelo governo militar anterior. O ILADES, uma instituição jesuíta de ensino superior em economia, viu o TASC como uma extensão importante de sua pesquisa econômica aplicada às questões econômicas nacionais contemporâneas (Ibidem).

A instituição tem uma ligação com a comunidade empresarial por meio da União Social dos Empresários Cristãos (USEC) que forneceu financiamento para o programa TASC no passado e reconhece sua contribuição para legitimar a iniciativa privada perante os políticos (MASHEK, 1993). De acordo com o autor:

Em um país que costuma identificar pessoas e organizações com partidos políticos, vale ressaltar que o ILADES é consistentemente considerado apartidário e seu trabalho respeitado pela seriedade, qualidade profissional e pela disponibilidade a todos os legisladores e demais setores da sociedade. Esta foi a opinião unânime dos entrevistados do Congresso, do Poder Executivo, da imprensa e de organismos estadunidenses no Chile (Ibidem, p. 99).

Já no Peru, entre julho de 1990 e final de 1992, a CIPE concedeu ao Instituto APOYO US\$ 150.000 para seu programa de "Apoio ao Congresso", complementados por US\$ 90.000 arrecadados por essa mesma organização. Nesse período, o Peru enfrentava uma situação difícil e instável, segundo Mashek: “sua história recente é marcada por desintegração e

colapso: terrorismo, produção e tráfico de drogas, corrupção, caos econômico e financeiro, mudanças frequentes e drásticas na política” (MASHEK, 1993, p. 101). As reformas econômicas foram iniciadas nos anos 1980, revertidas brevemente por um período e retomadas nos anos 1990. De acordo com Mashek, o "autogolpe" de 1992 gerou incerteza política e questionamentos sobre a legalidade do governo e as consequências da intervenção estatal e da corrupção durante o governo García⁶. Segundo o autor, levaram ao consenso de que o papel do Estado deve ser reduzido e uma economia de mercado deve ser introduzida (MASHEK, 1993).

A APOYO tornou-se um recurso importante ao aplicar o pensamento econômico e a experiência de outros países às questões importantes em discussão no Peru. O serviço foi iniciado com o apoio do CIPE durante o programa de estabilização financeira e reforma econômica do governo Fujimori em 1990. Com o fechamento do Congresso em 1992, a APOYO interrompeu temporariamente seus relatórios mensais (Ibidem).

Fundada em 1977 como uma empresa privada de consultoria empresarial, a APOYO se tornou uma das principais instituições privadas do país. Mesmo em um cenário político volátil, “seus relatórios legislativos têm sido bem recebidos por congressistas de todos os espectros políticos” (MASHEK, 1993, p. 90). Em 1989, o Instituto APOYO foi estabelecido como uma organização sem fins lucrativos afiliada para pesquisa de política econômica (Ibidem).

A instituição era composta por 60 funcionários, incluindo 20 profissionais “altamente qualificados” (MASHEK, 1993, p.100). Alguns dos feitos da organização incluem a criação do índice de preços ao consumidor mais confiável e amplamente utilizado do país, serviços de consultoria política e econômica para grandes empresas, pesquisas de opinião pública de renome internacional, publicação de boletins econômicos, revista e estudos de marketing e pesquisa econômica (MASHEK, 1993). Em 2023, o número de membros da organização ultrapassa os 150 e conta agora com mais de 3100 projetos aplicados em mais de 20 países diferentes (APOYO, 2023).

⁶Alan García foi presidente do Peru de 1985 a 1990 e novamente de 2006 a 2011. Durante seu primeiro mandato, García provocou uma grave crise financeira e hiperinflação. Seu governo implementou medidas de austeridade e buscou o apoio de organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), para enfrentar a crise. No entanto, essas políticas não foram bem-sucedidas em estabilizar a economia peruana e a obrigatoriedade de García foi marcada por protestos sociais e insatisfação popular (FERNANDES, 2014)

No Brasil, entre meados de 1990 e fevereiro de 1993, o CIPE investiu cerca de US\$ 325.900 na assessoria legislativa do Instituto Liberal do Rio de Janeiro (IL-RJ). O Instituto Liberal foi criado por Donald Stewart Jr. no Rio de Janeiro, em 1983. Sua missão, como afirma o *website* da instituição, é “difundir e defender o liberalismo, em suas diversas vertentes teóricas, e as vantagens de seus princípios e agendas para a sociedade.” (INSTITUTO LIBERAL DO RIO DE JANEIRO, 2023). Atualmente, o IL-RJ atua na publicação e tradução de obras sobre o liberalismo e no desenvolvimento de eventos e cursos.

O IL-RJ foi criado no contexto da redemocratização no Brasil, antes mesmo da reestruturação econômica se tornar um assunto comum na agenda nacional. Ele foi criado como um centro para traduzir e distribuir as obras da Escola Austríaca de Economia que eram, algumas delas, indisponíveis e relativamente pouco conhecidas nesta parte da América do Sul (INSTITUTO LIBERAL, 2023). Inicialmente, o Instituto Liberal concentrou seus esforços em pesquisa, produção e divulgação de ideias liberais, preenchendo essa suposta lacuna existente no Brasil em relação à literatura liberal. Em 1986, reconheceu-se a necessidade de regionalizar suas atividades, resultando na criação de filiais em diversas cidades brasileiras (VIDAL, BRUM, 2022).

Para garantir a manutenção dos princípios da organização nessas filiais, foi estabelecido o Conselho Nacional dos Institutos Liberais (CONIL). A rede expandiu seu número de apoiadores, contando com a participação de grupos econômicos nacionais e transnacionais. Como afirmam Camila Vidal e Luan Brum (2022, p. 10), “ampliou-se o número de mantenedores e as formas de captação de recursos e, como resultado, houve uma crescente participação de grupos econômicos nacionais e transnacionais financiadores das atividades desenvolvidas.” Além disso, Ana Lúcia B. Faria e Vera Chaia (2020) consolidam essa informação nos trazendo empresas que foram mantenedoras dos Institutos Liberais no Brasil:

As atividades dos ILs foram financiadas, ao longo de sua trajetória, por vários mantenedores, entre os quais se destacam: Aços Villares, Banco Itaú, Copersucar, Banco de Boston, Dow Química, Gradiente, Nestlé, Philco, Sharp e Votorantim (primeiros mantenedores), e posteriormente pelas empresas Amil Assistência Médica Internacional, Arno, Banco Bamerindus, Banco Bozano Simonsen, Banco Fenícia, Bombril, Bradesco, Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, Companhia Antártica Paulista, Citibank, Companhia Nestlé Indústria e Comércio, Construtora Norberto Odebrecht, Eucatex Indústria e Comércio, Indústrias Gradiente, Rhodia, Indústrias Votorantim, White Martins, TV Globo, Unibanco Corretora de Seguros, Varig, Vasp e Xerox do Brasil (FARIA, CHAIA, 2020, p. 1070).

No entanto, a eleição de Fernando Henrique Cardoso como presidente do Brasil e a consecução dos objetivos iniciais dos institutos levaram a uma redução da maioria das filiais regionais. Durante a década de 1990, o Instituto Liberal adotou uma nova estratégia para promover a redefinição do papel do Estado. Chamado de "Série Notas", incluso no programa de assessoria legislativa do CIPE, esse projeto tinha como objetivo formular estudos que eram enviados diretamente aos parlamentares, com a intenção de influenciar suas decisões e propostas de políticas públicas e emendas constitucionais. Como descrito por Mashek (1993, p. 67), "o IL-RJ produz um relatório mensal de oito páginas [...], muito bem elaborados e apresentados. Eles fornecem uma visão clara dos problemas e objetivos gerais da economia de mercado, que devem ser perseguidos para resolvê-los. Eles são produzidos e distribuídos a partir do Rio de Janeiro".

Através dessas informações retiradas do relatório do Programa de Assessoria do CIPE podemos entender que, apesar de cada um dos países aqui citados possuírem uma dinâmica diferente em cada um dos projetos implementados, a disseminação de ideais neoliberais consta-se presente em todos eles, liderados principalmente pela elite nacional ligada a esses institutos, além do próprio governo estadunidense - mesmo que não de maneira evidente (ou formal). Nesse contexto, surge o questionamento sobre a extensão em que a formação dessa rede de relações entre o CIPE e o empresariado que administra esses projetos indica o surgimento de um espaço propício para a disseminação de estratégias de dominação, e como isso afeta a situação nacional e a manutenção dos interesses da elite tanto nos países em que os projetos foram realizados quanto nos Estados Unidos.

Segundo Stephen Gill (2002), embora não possuam poder formal, as Organizações não governamentais exercem influência na formulação de políticas tanto em países sediados por elas quanto em países não sediados. Elas desempenham um papel importante na construção ideológica, definindo diretrizes políticas, legitimando instituições e práticas, e persuadindo a se conformarem com as normas estabelecidas. Essas normas são governadas por discussões e negociações realizadas entre organizações como as associadas ao Programa de Assessoria da AL e o Estado - onde buscam estabelecer determinado consenso dentro de uma perspectiva neoliberal. Essas diretrizes são posteriormente transferidas para os canais de decisão política dos governos, como é o caso dos relatórios legislativos e das pesquisas publicadas pelos Institutos, que influenciam as decisões do Estado.

Para além das informações extraídas dos programas de assessoria legislativa implementados na região, optou-se por trazer, com o auxílio do Wayback Machine, outras iniciativas que se encontram no site do CIPE ao final da década de 1990. A exemplo disso, tem-se a análise denominada como “Modernizando o Estado na América Latina”, escrita pelo associado sênior do Center for Strategic and International Studies⁷, Howard J. Wiarda em 1997, que traz expectativas de como a transição democrática está ocorrendo nesse continente e quais seriam mudanças necessárias. Segundo Wiarda (1997), apesar desta transição estar acontecendo na maioria dos países, a democracia na região enfrenta desafios e não estava necessariamente evoluindo. Segundo o autor, havia uma crescente desilusão com a democracia, já que supostamente ela não tem conseguido atender às expectativas das pessoas em termos de fornecimento de bens, empregos e serviços.

Em sua análise, Wiarda ainda traz uma pesquisa que revela que muitos latino-americanos associavam a democracia a um "governo forte", que fosse nacionalista, paternalista, unitário e capaz de tomar decisões autoritárias. Para Howard Wiarda, “essa visão contraditória combina características democráticas e autoritárias, o que reflete as tensões históricas presentes na política latino-americana” (WIARDA, 1997, s/p). De acordo com Wiarda, alguns governos eleitos na região na época, como os de Alberto Fujimori no Peru, Carlos Menem na Argentina, Rafael Caldera na Venezuela e o Partido Institucional Revolucionário Mexicano (PRI), exemplificam essa contradição. Embora esses governos tenham sido eleitos democraticamente, eles governaram de maneira autoritária, usando métodos arbitrários e adotando políticas populistas e nacionalistas. Eles também resistiram à influência do Fundo Monetário Internacional (FMI) e dos Estados Unidos e foram cautelosos em relação às reformas econômicas, como a redução do tamanho do Estado ou a privatização. Segundo Wiarda (1997), esses exemplos destacam “os desafios enfrentados pela democracia na América Latina e os limites do programa de reforma econômica na região”. Assim:

Não é mais possível ou desejável na América Latina se opor nem à democracia nem à liberalização econômica. Na frente econômica, grande parte dos gastos perdulários da América Latina antes da crise da dívida mudou bastante. Investidores em todo o mundo estão vendo o crescimento na América Latina como sólido e, como resultado, os fundos de investimento estão fluindo para a região. As pressões dos Estados Unidos e das agências

⁷O Center for Strategic and International Studies (CSIS) é um *think tank* estadunidense com sede em Washington, DC. O CSIS foi fundado como Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade de Georgetown em 1962. O centro realiza estudos de políticas e análises estratégicas e de segurança em todo o mundo. No Relatório Global Go To Think Tanks de 2019 da Universidade da Pensilvânia, o CSIS é classificado como o *think tank* número um nos Estados Unidos em todos os campos, o "Top Think Tank de Defesa e Segurança Nacional" do mundo e o 4º melhor *think tank* no mundo em geral (SMITH, 2020).

internacionais de crédito - bem como a necessidade absoluta de poder competir mundialmente na nova economia global - significam que corrupção, ineficiência, desperdício, burocracia e protecionismo (todos produtos de uma grande estado mercantilista) terá que ser muito reduzido, se não eliminado (WIARDA, 1997, s/p).

Para Howard Wiarda (1997), essa divergência de opiniões também explica por que o programa de reformas econômicas na América Latina tem progredido de forma irregular. Na visão do autor, empresas estatais foram privatizadas na teoria, mas na prática foram vendidas para outros órgãos estatais. Burocracias governamentais ou empresas foram consolidadas em vez de eliminadas, criando a ilusão de que há menos delas (WIARDA, 1997).

Ainda em 1997, Og. F. Leme escreve um artigo no site do CIPE intitulado de “Campeões do setor privado no Brasil” (CIPE, 1998), no qual busca elucidar os nove institutos liberais do Brasil que trabalham para promover o estado de direito, governança democrática, políticas econômicas de livre mercado e a descentralização do poder. Leme também teve um papel significativo como colaborador do IL-RJ, como descrito no próprio site: “Dessa equipe, um dos mais dedicados e valorosos colaboradores foi o professor Og Leme, que integrou os quadros do Instituto Liberal até setembro de 2003” (IL-RJ, 2023)⁸.

Para Leme (1998), esses institutos de política sem fins lucrativos são financiados por contribuições privadas e pela venda de publicações. Embora sejam autônomos, os representantes desses institutos se reúnem regularmente sob o Conselho Nacional dos Institutos Liberais do Brasil, compartilhando recursos e ideias de forma informal. Segundo o autor, esses institutos têm como foco um governo limitado, mas eficaz, e buscam um papel ativo do setor privado na formulação de políticas. Assim, eles têm trabalhado para ganhar influência junto aos tomadores de decisão e ao público. No mesmo artigo, Leme faz alusão a “Série Notas”, mencionado anteriormente aqui nesse trabalho. De acordo com o autor, esse foi

Um projeto especialmente bem-sucedido iniciado pelo Instituto Liberal do Rio — com financiamento do CIPE e outras fontes — é seu boletim mensal, que analisa propostas legislativas perante o congresso brasileiro. Cerca de 5.000 exemplares são distribuídos a congressistas, governantes, acadêmicos, jornalistas e líderes empresariais. O boletim teve um impacto marcante na legislação e na opinião pública (LEME, 1998, s/p).

⁸ Og Francisco Leme economista pela Universidade de Chicago e aluno de Milton Friedman, foi integrante do IPES na década de 1960 no Brasil e membro da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) quando residiu no Chile. Além disso, logo depois da implementação do golpe em 1964 no Brasil, foi convidado por Roberto Campos para trabalhar no Ministério de Planejamento do governo Castelo Branco (BRUM, 2022).

Em 1997, no artigo denominado “Escolhendo a Prosperidade: Uma Agenda para Mercados Emergentes”, Michael Fairbanks⁹ e Stace Lindsay¹⁰ argumentam que os países precisam mudar suas relações com a iniciativa privada a fim de atrair investidores. Eles afirmam que os grupos empresariais possuem um papel vital para empurrar o governo para as reformas. Assim, como afirmam os autores (1997),

Os grupos empresariais desempenham um papel vital em empurrar o governo para a reforma. Mas como o fazem depende de como estão estruturados em cada país. Em países onde a lei torna obrigatória a participação em câmaras de comércio para todas as empresas, os governos costumam usar essas organizações-chave para controlar o setor privado. Nesta situação, qualquer influência que eles tenham na política do governo é amplamente conduzida a portas fechadas. Onde a participação nas câmaras é voluntária, eles têm mais liberdade para desempenhar abertamente o papel de defensores, pressionando o governo a adotar o tipo de política que permite que os negócios prosperem (FAIRBANKS; LINDSAY, 1997, s/p).

As organizações mencionadas têm um papel político significativo nos países em que operam, gerando debates e aproximando a sociedade civil dos princípios neoliberais. É evidente a importância de os líderes dessas organizações estabelecerem e manterem instituições que reúnam as elites dominantes desses países a fim de desenvolver um discurso comum que represente a visão dos empresários em relação ao país. A crença na relevância do projeto neoliberal foi o elemento central que orientou as ações desses institutos ao longo da década de 1990. Além disso, eles buscaram se engajar no mercado de ideias, utilizando os meios disponíveis para influenciar o processo de formulação e consolidação de políticas de livre mercado. Como afirma Flávio Casimiro (2011):

Fica clara a importância de se perceber a influência do neoliberalismo no Brasil, não simplesmente na adoção de políticas impostas por países centrais do capitalismo, partindo do centro político decisório para, posteriormente, chegar à sociedade, mas também como uma matriz ideológica que foi difundida por determinados atores e, posteriormente, instrumentalizada em políticas adotadas pelo Estado, nos anos 90. Esse processo é resultado da ação de agentes, grupos sociais e instituições, que, por meio de estratégias de

⁹Michael Fairbanks é um empreendedor, consultor e acadêmico americano, conhecido por seu trabalho nas áreas de desenvolvimento econômico, empreendedorismo e estratégias de negócios. Ele é co-fundador da consultoria econômica global OTF Group e também é professor visitante na Fletcher School of Law and Diplomacy da Universidade Tufts. Fairbanks é conhecido por seu trabalho no campo do desenvolvimento econômico, especialmente em relação às economias emergentes. Ele é um defensor do empreendedorismo como motor do crescimento econômico (POVERTY CURE, 2023).

¹⁰ Stace Lindsay é um consultor, empreendedor, defensor e educador independente, comprometido com líderes e organizações empreendedoras a aumentar seu impacto no mundo. Ele foi consultor estratégico de líderes empresariais, governamentais e sem fins lucrativos em todo o mundo, tendo ocupado cargos seniores na Monitor Company e no OTF Group, onde trabalhou para adaptar seu trabalho aos mercados emergentes. (FUSION VENTURE PARTNERS, 2023).

legitimação ideológica buscaram estabelecer seus valores como consenso (CASIMIRO, 2011, p. 214).

Os institutos em questão tinham o objetivo de se posicionar como atores centrais nos debates políticos e econômicos dos países em que atuavam, utilizando diversas estratégias para alcançar esse objetivo: sua proximidade com setores empresariais e políticos, a organização de grandes eventos públicos e a disseminação de suas propostas sociais visavam estabelecê-los como participantes indispensáveis nos debates da sociedade.

Eles apresentavam o Estado como responsável pelo atraso econômico em relação aos Estados Unidos e países europeus, enquanto enfatizavam a eficácia do mercado como promotor do desenvolvimento econômico e mitigador das diferenças sociais. Utilizavam exemplos de má administração estatal ao longo do século XX para argumentar que o intervencionismo havia levado à pobreza. O ponto mais condenado em relação ao Estado era sua pretensão de atuar como agente econômico: para os institutos, tanto a tentativa de guiar artificialmente a economia em busca de resultados específicos quanto a existência de empresas estatais que prestavam diversos serviços eram vistas como interferências na liberdade econômica. Assim, defendiam a privatização das empresas estatais, argumentando que ocupavam um espaço naturalmente destinado à propriedade privada, oneravam a população com altos impostos e ofereciam serviços de qualidade duvidosa (FRIDERICHS, 2019). Como também nos evidencia DINIZ (1992),

A procura de resposta aos desafios daí decorrentes levou à formulação de uma estratégia neoliberal, igualmente idealizada em seu potencial inovador. Essa nova via é crescentemente apresentada como solução para todos os males, simbolizando a luta da modernização contra o atraso, tal como o estatismo, ao longo das décadas de 1930, 1940 e 1950, representara o instrumento por excelência da renovação. Trata-se de uma tendência que não é específica de uma ou outra nação, mas assumiu proporções mais amplas, ganhando uma aceitação generalizada entre os países da área. Temas como a desestatização, a abertura da economia e a desregulamentação passaram à ordem do dia. A reformulação da via de desenvolvimento numa direção neoliberal, deslocando a centralidade do Estado para o mercado, naturalmente colocou em destaque a questão dos atores primordiais desse processo de mudança. Entre estes sobressai o empresariado, sobretudo em sua fração industrial, tendo em vista o papel que lhe cabe desempenhar num modelo cuja eficácia depende do dinamismo do mercado (DINIZ, 1992, p.2).

Diniz (1992) nos traz que, a tradição corporativa não favorece acordos interclasses, mas sim a segmentação dos interesses, resultando em táticas restritivas, perspectivas imediatistas e defesa de interesses particulares. A exclusão dos trabalhadores como parceiros

dos acordos corporativos é institucionalizada através das negociações que acontecem majoritariamente entre representantes empresariais e o Estado. Dessa forma, a formulação de um programa integrado, capaz de unificar vários setores da sociedade é inviabilizado (DINIZ, 1992).

As redes de organizações liberais realizam uma ofensiva agressiva contra ideias e projetos políticos que se opõem à ordem de mercado. Essas redes atuam de forma abrangente, engajando empresários, líderes políticos, religiosos, acadêmicos, economistas, jornalistas, entre outros profissionais. Como nos traz Faria e Chaia (2020, p. 1075): “Essa ofensiva não se processa apenas por meio da grande mídia, mas, sobretudo, mediante as miríades de redes liberais, que se imbricam local, regional e globalmente e se complementam, gerando uma dinâmica veloz de fomento à produção de ideias”. Elas produzem uma ampla gama de materiais, como livros, pesquisas acadêmicas, traduções, periódicos, folhetos e cartilhas, e promovem a divulgação por meio de eventos como congressos, fóruns, seminários e conferências. Essas atividades alimentam uma batalha ideológica em constante fluxo, envolvendo diferentes setores da sociedade.

Para Cox (2021), o processo político internacionalizado pressupõe uma estrutura de poder na qual as agências centrais do governo dos EUA estão em posição dominante, mas não necessariamente uma estrutura de poder convencional, hierárquica, mas por uma estrutura que busca manter o consenso por meio da barganha. Ao analisar a influência que as organizações internacionais detêm sobre a ordem internacional, o autor demonstra que a estrutura dessas organizações internacionais está diretamente relacionada ao ambiente em que elas se inserem, formado pelos Estados e por outros atores cujos interesses são refletidos na maneira como essas se constituem. É por meio das pressões externas, relacionadas a real ou potencial existência de conflito e do consenso, que são definidos os contextos em que a organização poderá atuar (COX, 2007). A partir desta análise, é possível entender o *modus operandi* das organizações mencionadas anteriormente que fazem parte do Programa de Assessoria para AL, sempre priorizando a definição das bases ideológicas do consenso sobre o neoliberalismo no mundo, ancoradas em premissas como a austeridade fiscal, financeira e econômica, garantindo, assim, a presença ‘mínima’ do Estado no âmbito econômico.

Também é importante destacar que os Institutos aqui abordados, embora compartilhassem de ideias semelhantes, possuíam divergências entre si e suas visões sobre a aplicação dos projetos, mesmo que essas diferenças não fossem objetivamente evidenciadas

em seus discursos. Em suma, a proposta e atuação dos institutos tinham como objetivo contribuir para a construção de uma sociedade neoliberal, buscando difundir, convencer e internalizar a ideologia pró-mercado na América Latina. A concepção de democracia traz, no seu cerne, a garantia de uma maior participação da coletividade no processo público decisório, em contrapartida, a concepção neoliberal foca no resguardo das elites econômicas, para, assim, manter a dinâmica de acumulação e de reprodução do capital. Assim, é possível evidenciar um diálogo entre os processos ideológicos e a atuação das Organizações Internacionais (FORTES, PEREIRA, RAMOS, 2021).

A partir dos dados retirados do Programa de Assessoria para AL, além dos artigos do próprio site do CIPE, buscou-se evidenciar as formas de dominação que o CIPE utiliza para exercer controle e direção, além de promover políticas econômicas favoráveis aos seus próprios interesses, através de institutos e projetos em países emergentes - aqui representados por países da América Latina. Através da formação de alianças e da disseminação de suas visões de mundo, o governo estadunidense utiliza-se de organizações não governamentais para manter relações desiguais e de dependência com outros países, buscando a manutenção da hegemonia internacional.

5 CONCLUSÃO

Ao longo do trabalho, foram apresentados pontos centrais das reflexões de Antonio Gramsci e a maneira como seus conceitos foram aplicados às Relações Internacionais através de autores Neogramscianos. É a partir da essência da teoria de Gramsci, que podemos entender a mudança nos processos de ingerência dos Estados Unidos durante os períodos pré e pós Segunda Guerra Mundial. Especialmente no ponto 2.3, foram reveladas algumas das restrições associadas às perspectivas de militarização que sustentam o declínio das atividades intervencionistas dos EUA na América Latina após o fim da Guerra Fria levando em conta a opinião pública daquela época, que não mais respaldava abertamente tais práticas coercitivas - ou, no mínimo, não as aceitava de maneira tão evidente.

Apesar de tais intervenções terem se tornado mais dispersas e difíceis de serem comprovadas, elas não cessaram completamente ao término desse período. A estratégia de uma classe econômica dominante estadunidense passou a ser efetivada a partir da produção de consenso como principal foco. É nesse contexto que temos a crescente de organizações ‘privadas não governamentais’, como a criação do CIPE, objeto deste estudo.

Criado no governo de Ronald Reagan, o Center for International Private Enterprise, apesar de se apresentar como uma instituição privada, obtém financiamento proveniente, como observou-se no quarto capítulo, do governo federal dos Estados Unidos, sendo repassado através do NED. Conforme descrito em seu próprio site, o CIPE se diz “a única instituição no mundo que trabalha para apoiar a democracia e fortalecer o setor privado” (CIPE, 2023).

É por intermédio desse financiamento, e daqueles oriundos de empresas e organizações filantrópicas, que o CIPE promove projetos em países emergentes buscando consolidar a democracia e a política de livre mercado. Em vista disso, elucidou-se neste trabalho um conjunto de informações retiradas a partir do relatório de avaliação final do Programa de Assessoria Legislativa para a América Latina redigido por Mashek, uma iniciativa criada para fornecer apoio técnico e assessoria especializada a parlamentares na América Latina. Através destes projetos, o CIPE difundiu os interesses de uma classe econômica dominante estadunidense em consonância com os interesses das elites locais na

região construindo, assim, consensos em torno de reformas e propostas sustentadas na premissa do livre mercado.

No que tange ao objetivo geral deste trabalho, observou-se o CIPE como uma instituição crucial na política externa dos Estados Unidos que desempenha um papel fundamental na busca pela hegemonia do sistema econômico. Assim, foi possível entender o desempenho do CIPE compreendendo a sociedade civil como um campo de atuação composto por vários atores com seus próprios interesses, e reconhecendo seu importante papel na construção da hegemonia, levando os Estados Unidos a agir estrategicamente por meio de agências como a USAID, o NED e o CIPE. Através do relatório do Programa de Assessoria Legislativa, evidenciou-se o impacto dos projetos financiados pelo CIPE que, como o próprio relatório afirma, “Esses programas exemplificam que pequenas quantias de dinheiro podem ter efeitos incalculáveis na mobilização dos recursos existentes e na produção do recurso mais valioso de todos: a informação” (MASHEK, 1993, p. 11). O valor que os próprios projetos dão à informação já nos sugere que as práticas de influência se deram principalmente através dela, criticando qualquer prática diferente daquela apoiada por seus integrantes - a de que o Estado precisa ser reduzido e empresas estatais privatizadas, por exemplo.

Não menos essencial para o processo, as elites locais e em grande parte apoiadoras dos projetos desenvolvidos pelo CIPE, buscaram, por meio de estratégias de legitimação ideológica, estabelecer seus valores como um consenso amplamente aceito por toda a sociedade. Dessa forma, segmentando a sociedade em defesa de interesses particulares. Levando em consideração nossos objetivos específicos, ao promover a radiografia dos dirigentes do CIPE em categorias como a formação acadêmica, atuação profissional e setores representados; verificou-se que grande parte dos membros do conselho possuem ou possuíam vínculo com o governo dos Estados Unidos em sua trajetória, elucidando novamente que o Estado continua muito presente na disseminação de ideias Liberais, mesmo que através de organizações não oficialmente vinculadas à ele. Ainda, verificou-se que os empresários desempenham um papel fundamental ao fornecer suporte financeiro para as atividades dos institutos.

Por outro lado, os intelectuais, como professores e economistas, são responsáveis por gerar as ideias que fundamentam a prática desses institutos - os ‘criadores’ de ideias. Como já trazido neste trabalho, Gramsci compreende os intelectuais como mediadores entre as classes

sociais e o Estado. Quando olhamos para os institutos privados financiados pelo CIPE, durante o Programa de Assessoria, encontramos uma vasta gama de intelectuais atuando como membros importantes para o processo de consolidação. Como exemplo, podemos citar o IEERAL, na Argentina, que colaborou com cerca de 70 a 80% dos principais economistas do país (representando cerca de 250 profissionais), além do ILADES, no Chile, e da APOYO, no Peru; duas instituições focadas no ensino e disseminação do pensamento econômico nos países em que estão sediadas (MASHEK, 1993).

Também, os representantes da mídia desempenharam um papel crucial no esforço de influenciar a opinião pública em favor das ideias neoliberais, utilizando-se de revistas, jornais e programas de TV para tornar seu discurso cada vez mais aceito. Por fim, os políticos e aqueles que ocupam cargos públicos utilizam-se das estruturas estatais para defender a ideia de um Estado mínimo que protege os interesses de uma elite econômica nacional.

Em conclusão, o buscou-se nesse trabalho fornecer abordagens nas Relações Internacionais que destacam a conexão entre a hegemonia no âmbito internacional e os mecanismos de dominação exercidos pela classe econômica dominante estadunidense juntamente com suas redes institucionais em outros países, contando com a colaboração das classes dominantes regionais, nesse caso exemplificados pelas classes dominantes na América Latina. Assim sendo, buscou-se revelar as redes de conexões que unem pessoas com ideias e trajetórias similares, identificando nos projetos financiados pelo CIPE espaços cruciais para a disseminação de suas visões de mundo e para a realização de seus interesses nas sociedades emergentes. Por fim, pretende-se, com essa pesquisa, contribuir para a reflexão sobre práticas e conceitos como formação de consenso, hegemonia e o papel da ideologia na manutenção da estrutura econômica dominante.

REFERÊNCIAS

- ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. *Non-Western International Relations Theory*. Londres: Routledge, 2010.
- ALVES, A. R. C. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*, p. 71-96, 2010.
- BARBOSA, Letícia Cristina Bizarro . A NED NA ASSISTÊNCIA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS NA AMÉRICA LATINA: INFLUÊNCIAS ATRAVÉS DE REDES DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL / THE NED IN FOREIGN ASSISTANCE FROM THE UNITED STATES IN LATIN AMERICA: INFLUENCES THROUGH CIVIL SOCIETY NETWORKS. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, p. 67775-67793, 2020.
- BARBOSA, Letícia Cristina Bizarro Barbosa. *Conquistando corações e mentes: uma análise da National Endowment for Democracy (NED) no Equador (2006-2016)*. Tese de doutorado em Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, 2018.
- BAUER, Caroline Silveira. O Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul: Terrorismo de Estado e polícia política durante a ditadura civil-militar brasileira. *Revista Ágora, Vitória*, n. 5, 2007, p. 1-31.
- BOHN, John. CIPE at 15 years: Lessons learned. In: GEURTS, Geoffrey; ROGERS, Steven; SULLIVAN, John D. *Impact and results of CIPE's global programs, 1984- 1999*. Washington, DC: Center for International Private Enterprise, 2001. p. 9-19.
- Boletim do Tempo Presente - ISSN 1981-3384 Boletim do Tempo Presente, nº 02, de 09 de 2012, p. 1 - 13, | <http://www.seer.ufs.br/index.php/tempopresente> KENNAN E A POLÍTICA EXTERNA DOS EUA DURANTE A GUERRA FRIA Por Sidnei J. Munhoz 2012
- BOURDIEU, Pierre, WACQUANT, Loïc. A nova bíblia de Tio Sam. In: CATANI, Antonio David (org.). *Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor*. Porto Alegre: Editora da Universidade; Petrópolis: Vozes, p. 156-161, 2001.
- BRUM, Luan Corrêa. *O poder das ideias e a consolidação dos Institutos Liberais parceiros da Atlas Network no Brasil: Uma análise acerca da ascensão de seus dirigentes no governo Bolsonaro*. 2022. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Relações Internacionais. 2022.
- BUTTGIEG, J. A., Garcia, A. S., & Silva-Santos, J. P. (2020). SOCIEDADE CIVIL EM GRAMSCI. *Revista Práxis E Hegemonia Popular*, 5(6), 157–187.
- CASIMIRO, F. H. C. . Globalização e o Capital-Imperialismo: a articulação de organizações patronais latino-americanas em rede associativa, nos anos de 1990.. In: XXVIII Simpósio Nacional de história - Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios, 2015, Florianópolis-SC. *Anais eletrônicos XXVIII Simpósio Nacional de história*, 2015. p. 1-18.
- CASIMIRO, Flávio Henrique C. *A Nova Direita no Brasil: Aparelhos de ação político ideológica e a atualização das estratégias de dominação burguesa*. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2016.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL (1983 - 1998): a ação pedagógica do Instituto Liberal. 2011. Dissertação de Mestrado- Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São João Del Rei, Minas Gerais, 2011.

Center for International Private Enterprise (CIPE), 2018, Channeling the Tide: Protecting Democracies Amid a Flood of Corrosive Capital, p. 2.

Center for International Private Enterprise (CIPE). **Website**. 2023. Disponível em: <<https://www.cipe.org/>> Acesso realizado em 05/03/2023.

CIPE. Annual Report 2008. Disponível em: <<http://www.cipe.org/publications/annual-reports>>. Acesso em: 28 de maio de 2023.

CIPE. Annual Report 2010. Disponível em: <<http://www.cipe.org/publications/annual-reports>>. Acesso em: 28 de maio de 2023.

CIPE. Annual Report 2011. Disponível em: <<http://www.cipe.org/publications/annual-reports>>.

CIPE. Annual Report 2017. Disponível em: <<https://www.cipe.org/annual-report/2017>>. Acesso em: 28 de maio de 2023.

CIPE. CHANNELING THE TIDE: Protecting Democracies Amid A Flood of Corrosive Capital. Relatório temático. Washington, USA: John Morrell, 2018. 36 p.

CONDE, L. C. D. . Os contornos da estratégia imperial da política externa dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria: uma leitura crítica. *Brazilian Journal of International Relations* , v. 7, p. 371-389, 2018.

COX, Robert W. 1983. “Gramsci, Hegemony and International Relations : An Essay in Method”. *Millennium* 12(2): 162–75. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/03058298830120020701>>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

COX, Robert W. Critical Political Economy. In: HETTNE, B.(org.) *International Political Economy: Underglobal Disorder*. Nova Scotia, Fernwood Books, 1995.

COX, Robert W. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre método”. In: GILL, S. *Gramsci: materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 101-124, 2007.

COX, Robert. “Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory”. *Millennium: Journal of International Studies*, 10 (2), p. 126–155, 1981.

COX, Roberte. *Forças sociais, Estados e ordens mundiais: além da teoria de Relações Internacionais*. Trad. de Caio Contijo. Rio de Janeiro: OIKOS - REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL, 2021.

DE SOUZA, Fabiano Farias. Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. *Revista Aedos*, v. 3, n. 8, 2011.

DIANI, M. Las redes de los movimientos: una perspectiva de análisis. In: IBARRA, P.; TEJERINA, B. (Ed.). Los movimientos sociales. Transformaciones políticas y cambio cultural. Madrid: Trotta, 1998. p. 243-270.

DINIZ, Eli . Neoliberalismo e Corporativismo: As Duas Faces do Capitalismo Industrial No Brasil. REVISTA BRASILEIRA DE CIENCIAS SOCIAIS, n.20, p. 31-46, 1992.

DINIZ, Eli. Empresariado e projeto neoliberal na América Latina: uma avaliação dos anos 80. Estado e Sociedade, p. 133, 1991.

Duriguetto, M. L.. (2014). A questão dos intelectuais em Gramsci. Serviço Social & Sociedade, (118), 265–293. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/S0101-66282014000200004>> Acesso em: 14 de maio de 2023.

EPSTEIN, Susan B; FERGUSON, Ian F. National Endowment for Democracy: Questões de política e financiamento. Serviço de Pesquisa do Congresso, Biblioteca do Congresso, 1999.

FAIRBANKS, Michael; LINDSAY, Stace. **Choosing Prosperity: An Agenda for Emerging Markets**. CIPE. 1997. Disponível em:

<<http://web.archive.org/web/19990128073446/http://www.cipe.org/e23/fairbE23.html>>

Acesso realizado em 15/04/2023.

FARIA, ANA LÚCIA B ; CHAIA, VERA . Os institutos liberais e a consolidação da hegemonia neoliberal na América Latina e no Brasil. CADERNOS METRÓPOLE (PUCSP) , v. 22, p. 1059-1080, 2020.

FERNANDES, Jean Lucas Macedo. Autoritarismo competitivo na América Latina: O caso do Peru sob o governo Alberto Fujimori (1990-2000). **Revista Habitus**, v. 13, n. 1, 2015.

FORTES, Ana Rachel Simões, Chyara Sales Pereira, and Leonardo Ramos. "As organizações internacionais e a hegemonia mundial: a guinada neoliberal da OCDE." *Oikos* 20.2 (2021).

FRIDERICHS, Lidiane Elizabete. A atuação política dos think tanks neoliberais brasileiros e argentinos: os casos do Instituto Liberal, do Instituto de Estudos Empresariais e do Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina (1983-1998). 2019. Tese (doutorado) – São Leopoldo - RS, 2019.

FUNDACIÓN MEDITERRÁNEA. Website. Orígenes y objetivos. Córdoba, 2023.

Disponível em: <https://www.ieral.org/origenes-objetivos-3536.html>. Acesso em: 14 maio. 2023.

GEURTS, Geoffrey; ROGERS, Steven; SULLIVAN, John D. (Orgs.). Impact and results of CIPE's global programs, 1984- 1999. Washington, DC: CIPE, 2001.

GILL, Stephen; LAW, David. Global Hegemony and the Structural Power of Capital. In: GILL, S. (ed.). Gramsci, Historical Materialism and International Relations. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

GILL, Stephen. "Globalisation, Market Civilisation, and Disciplinary Neoliberalism". *Millennium: Journal of International Studies* ,24 (3), p. 399–423, 1995.

GILL, Stephen. Power and Resistance in the New World Order. New York, Palgrave Macmillan, 2002.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere: introdução ao estudo da filosofia e a filosofia de Benedetto Croce. 5. ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 1 v.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere: notas sobre o Estado e a política. Tradução Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 3 v.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 1.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2. RIBEIRO

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, VOL. II, 2004.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Volume 3. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRAMSCI, Antonio. Escritos políticos. Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRAMSCI, Antonio. Poder, Política e Partido. Trad. de Eliana Aguiar. 2a ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

GUERRA, Lucas. “Del Neoliberalismo al Buen Vivir/Vivir Bien: Avances y desafíos de América Latina en la construcción de alternativas contrahegemónicas en un orden mundial neoliberal. Una reflexión a partir de aportes neogramscianos y decoloniales”. *Dissonância: Revista de Teoria Crítica*, v. 4, Dossiê Teoria Decolonial e Teoria Crítica, Campinas, 2020, p. 59–112.

GUILHOT, Nicolas. 2003. Os profissionais da democracia em ação. In: LINS, Daniel e WACQUANT, Loïc (org.). *Repensar os Estados Unidos: Por uma sociologia do superpoder*. Campinas, SP: Papyrus, 2003. p. 20938.

HOFFMAN, Stanley. *An American Social Science: International Relations*. *Daedalus*. n. 106 v.3, 1977, p. 41-6.

INSTITUTO LIBERAL DO RIO DE JANEIRO. Website. Quem somos - Nossa história. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 14 maio. 2023.

KOPITTKE, Henrique Pedrazza. DEMOCRACY THAT DELIVERS: Uma análise da atuação do Center for International Private Enterprise (CIPE) na América Latina (2008-2012). 2015. Trabalho de Conclusão de Curso - Bacharel em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

LEME, OG. Francisco. **Brazil's Champions of the Private Sector**. CIPE. 1997. Disponível em: <http://web.archive.org/web/19970103232316/http://www.cipe.org:80/e21/desE21.html> Acesso realizado em 15/04/2023.

MARIANO, Nilson. As Garras do Condor. São Paulo: Vozes, 2003

MARTINS, A. A. L. ; MARTELETO, R. M. . Cultura, ideologia e hegemonia: Antonio Gramsci e o campo de estudos da informação. INCID: REVISTA DE DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO , v. 10, p. 5-24, 2019.

MASHEK, Robert W. Performance and prospects for Legislative Advisory Programs in Latin América. A report on 11 national and one regional Legislative Advisory Programs in Latin America. Center for International Private Enterprise (CIPE), março, n. 15, p. 59-106, 1993. Disponível em: http://www.cipe.org/programs/evaluations/pdf/aplac_evaluation.pdf. Acesso em: 30 abr. 2023.

MINELLA, Ary C. Construindo hegemonia: democracia e livre mercado (atuação do NED e do CIPE na América Latina). Caderno CRH, Salvador, v. 22, n55, p.13-40, jan/abril 2009.

MINELLA, Ary C. Reformas políticas e econômicas: a atuação da organização norte-americana Center for International Private Enterprise (CIPE) na América Latina. In: 54 International Congress of Americanists, ?Building Dialogues in the Americas?, 2012, Viena. 54. International Congress of Americanists, ?Building Dialogues in the Americas?, Resumos, 2012.

Minella, Ary Cesar . Intervención en el exterior en la era Trump: acciones del Center for International Private Enterprise (CIPE) en América Latina. In: MORGENFELD, Leandro; RAMÍREZ, Mariana Aparicio. (Org.). El legado de Trump en un mundo en crisis. 1ªed.Ciudad de México; Buenos Aires: Siglo XXI Editores; CLACSO, 2021, v. , p. 421-445.

MORAES, D.. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. Revista Debates, v. 4, n. 1, p. 54, 2010.

MORTON, Adam David. Unravelling Gramsci: Hegemony and Passive Revolution in the Global Economy. London: Pluto Press, 2007.

National Endowment for Democracy (NED). **Website**. 2023. Disponível em: <https://www.ned.org/> Acesso realizado em 05/03/2023.

NEARI EM REVISTA | v.5, n.7, 2019 | ISSN: 2447-2646 O Conceito de Hegemonia: as contribuições de Gramsci e Robert Cox para a compreensão do poder americano

NED. National Endowment for Democracy. Strategy Document 1992. Washington, D.C.: NED, 1992

OSPINA, Hernando C. A mão (quase) invisível de Washington. *Le Monde Diplomatique*, Brasil, São Paulo, jul. 2007. Disponível em: <http://diplo.uol.com.br/imprima1726> Acesso em: 7/8/2007.

OLIVEIRA, Aécio. de. (2018). GRAMSCI E SUA CONCEPÇÃO AMPLIADA DE ESTADO: UMA ATUALIZAÇÃO. *Revista De Ciências Sociais*, 35(2), 54-70. Recuperado de <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/33628>

Outros Tempos, www.outrostempos.uema.br, ISSN 1808-8031, Vol. 1 esp., 2007, p. 13-31
AS ESCOLAS MILITARES DOS ESTADOS UNIDOS E A PENTAGONIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS DA AMÉRICA LATINA

PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura civil-militar uruguaia: doutrina e segurança nacional. *Varia História*, Belo Horizonte, vol.28, n.48, pp.495-517, jul/dez 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n48/02.pdf>>. Acesso em: 21 mar 2023.

PASSOS, R. D. F. dos. (2022). GRAMSCI E A TEORIA CRÍTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. *Revista Novos Rumos*, 50(2).
<https://doi.org/10.36311/0102-5864.2013.v50n2.3462>

PATNAIK, Utsa; PATNAIK, Prabhat. Imperialismo na era da globalização. In: LÓPEZ, Emiliano (org.). *As veias do sul continuam abertas. Debates sobre o imperialismo do nosso tempo*. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 13-32.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2011

PETRAS, J. Os fundamentos do Neoliberalismo. In: RAMPINELLI, W. J. ; OURIQUES, N. D. (Org.) . *No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC*. 1ª. ed. São Paulo/SP: Xamã, 1997. v. 1000. 279p .

PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. Extractive imperialism in the Americas: capitalism's new frontier. Com contribuições de Paul Bowles, Dennis Canterbury, Norman Girvan e Darcy Tetreault. Leiden; Boston: Brill, *Studies in critical social sciences* v. 70, 2014.

PETRAS, James. Imperialism and NGOs in Latin America. *Monthly Review*, [S.l.], v.49, n.7, dec., 1997. Disponível em: <http://www.monthlyreview.org/1297petr.htm> Acesso em: 10 abril. 2023.

PETRAS, James. *Imperialismo e Classes Sociais no Terceiro Mundo: uma perspectiva crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

PRASHAD, Vijay. *Balas de Washington: uma história da CIA, golpes e assassinatos*. São Paulo: Expressão Popular, 2020. 167 p.

RAMOS, Barbara Oliveira. *A Cooperação Internacional e os Debates Teóricos: um Estudo de Caso sobre a Atuação da USAID no Brasil*. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

RAMOS, Leonardo César Souza ; Zahran, Geraldo . *Da Hegemonia ao Poder Brando: Implicações de uma Mudança Conceitual*. *Cena Internacional (UnB)* , v. 8, p. 134-160, 2006.

ROBINSON, William I. *Promoting Polyarchy: Globalization, US Intervention, and Hegemony*. Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

SCHOULTZ, Lars. In their own best interest: a history of the U.S. effort to improve Latin Americans. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. Ed. 1, 2018, 392p.

SCHOULTZ, Lars. Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

SCOTT, James M.; WALTERS, Kelly J. Supporting the wave: western political foundations and the promotion of a global democratic society. *Global Society*, New Jersey, v. 14, n. 2, p. 237-257, 2000.

SILVA DOS SANTOS, P. (2019). A América Latina tão longe de “Deus” e tão perto dos Estados Unidos da América: a política externa estadunidense como entrave para o desenvolvimento da América do Sul em Eduardo Prado e Manoel Bomfim. *Leviathan* (São Paulo), (15), 69-99. <https://doi.org/10.11606/issn.2237-4485.lev.2017.149187>

SILVA, Ana Paula Rossetto. O combate ao narcotráfico na América do Sul no pós-Guerra Fria: um estudo das relações Estados Unidos – Brasil de 1993 a 2008. 2012. 43 f. Monografia (Especialização em Relações Internacionais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SILVESTRE, L. D. de A. M. O Conceito de Hegemonia: as contribuições de Gramsci e Robert Cox para a compreensão do poder americano. *NEARI EM REVISTA*, Recife, v.5, n.7, 2019.

SOBRAL, Karine Martins; RIBEIRO, Ellen Cristine dos Santos. A concepção de hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci. *Cadernos do GPOSSHE On-line*, Fortaleza, v. 3, n. 2, 2020

TICKNER, Arlene; INOUE, Cynthia. Many Worlds, Many Theories? *Revista Brasileira de Política Internacional*. v.2, n.59, 2016, p. 1-4.

TICKNER, Arlene. Seeing IR Differently: Notes from the Third World. *Millenium*. N.32 vol.2, 2003, p. 295-324.

VAN DER PIJL, Kees. *Transnational Classes and International Relations*. Inglaterra: Taylor & Francis e-Library, 2005.

VEGA CANTOR, R. (2015). Injerencia de Estados Unidos, contrainsurgencia y terrorismo de Estado. En Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas, *Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia* (pp. 697-761).

VIDAL, Camila ; BRUM, L.C. ; LOPEZ, Jahde . Promovendo a democracia? Uma radiografiado NED para a América Latina. *Sul Global* , v. 2, p. 138-172, 2021.

VIDAL, Camila ; BRUM, L.C. Internacionalização e construção do ideário neoliberal no Brasil: os casos do Instituto Liberal do Rio de Janeiro e Instituto de Estudos Empresariais do Rio Grande do Sul. *Revista de Sociologia e Política* , v. 30, p. 1-21, 2022.

VIDAL, Camila Feix; BRUM, Luan Correa. Por uma outra forma de (re)pensar as Relações Internacionais: hegemonia e criação de consenso. *Rev. Conj. Aust.* | v.11, n.56 | out./dez. 2020.

VIDAL, Camila Feix; BRUM, Luan; LOPEZ, Jahde. **(Re)pensando os processos de ingerência dos Estados Unidos na América Latina: Uma análise acerca da atuação do Center for International Private Enterprise**. In: Pedro Henrique de Moraes Cicero, Marisa

Silva Amaral (organizadores). *Economia Política Interamericana no século XXI: Poder, perspectivas de desenvolvimento e dependência*. Curitiba: CRV, 2023.

VILLA, Rafael Duarte; TICKNER, Arlene; SOUZA, Marília; MASMEDA, Yamile. Comunidades de Relações Internacionais na América Latina: Uma Análise das Tendências a partir do TRIP 2014. *Carta Internacional*. v.1, n.12, 2017, p. 224-256.

WIARDA, Howard J. **Modernizing the State in Latin America**. CIPE. 1997. Disponível em: <<http://web.archive.org/web/19970702225402/http://www.cipe.org/e23/wiardaE23.html>> Acesso realizado em 15/04/2023.

ZAHARAN, G. ; RAMOS, Leonardo César Souza . From hegemony to soft power: implications of a conceptual change. In: INDERJEET PARMAR; Michael Cox. (Org.). *Soft power and US foreign policiy*. Abingdon: Routledge, 2010, v. , p. 12-31.